

1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. ("Companhia" ou "Raia Drogasil") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo, sob o código de negociação RDL3.

A Raia Drogasil S.A. e sua controlada 4Bio Medicamentos S.A. (em conjunto "Consolidado" ou "Grupo") têm como atividade preponderante o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e medicamentos de especialidade.

A Companhia adquiriu a Drogaria Onofre Ltda. ("Onofre") em 1º de julho de 2019, ocorrendo em 1º de agosto de 2019 a incorporação da Onofre pela Raia Drogasil, conforme descrito na Nota 5.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 2.073 lojas (1.825 lojas - 2018), distribuídas em 23 Estados (22 Estados – 2018) da Federação, conforme segue:

Estado	Consolidado	
	2019	2018
São Paulo	1.049	952
Minas Gerais	143	125
Rio de Janeiro	142	127
Paraná	112	103
Goiás	73	68
Distrito Federal	72	68
Bahia	68	59
Pernambuco	67	52
Santa Catarina	49	43
Espírito Santo	46	37
Rio Grande do Sul	42	32
Pará	35	19
Ceará	31	21
Mato Grosso do Sul	25	23
Mato Grosso	22	16
Alagoas	18	14
Sergipe	18	15
Paraíba	15	15
Rio Grande do Norte	14	15
Maranhão	13	9
Piauí	9	7
Tocantins	7	5
Amazonas	3	
Total	2.073	1.825

As lojas da Raia Drogasil são abastecidas por onze centrais de distribuição localizadas em oito Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Pernambuco, Bahia e Ceará. A Companhia encerrou as operações do centro de distribuição em Barueri (SP), e dois micropolos de distribuição no Rio de Janeiro (RJ) e em Belo Horizonte (MG), provenientes da aquisição da Onofre. A demanda do e-commerce da Companhia é atendida pelos Centros de Distribuição do Butantã (SP), Paraná, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A sociedade controlada 4Bio Medicamentos S.A. ("4Bio") comercializa seus produtos por meio de serviço de televendas e a entrega é realizada diretamente no destino onde se encontra o cliente ou por meio de suas três centrais de atendimento localizadas nos Estados de São Paulo e do Tocantins.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2020.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações individuais da Companhia são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras da sua controlada 4Bio. Essas demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Conforme mencionado na Nota 1, com a aquisição da Onofre em 1º de julho de 2019 e incorporação em 1º de agosto de 2019, a Companhia registrou a equivalência patrimonial, bem como realizou a consolidação dos saldos da controlada Onofre até a data de sua incorporação. Dessa forma, o resultado, as demonstrações do fluxo de caixa e as demonstrações do valor adicionado consolidados contemplam 12 meses de operação da Companhia, 12 meses de operação da controlada 4Bio, e 1 mês de operação da Onofre.

As práticas contábeis adotadas pela controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e também exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis referentes às perdas esperadas nos estoques, perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, tributos a recuperar, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, estimativa do valor recuperável de intangíveis de vida útil indefinida, provisões necessárias para demandas judiciais, mensuração de passivos financeiros a valor justo, determinação de provisões para tributos, reconhecimento do resultado com acordos comerciais e outras similares. As estimativas e os julgamentos significativos estão divulgados na Nota 4(w).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IFRS e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

3. Novos procedimentos contábeis, alterações e interpretações de normas

Os seguintes pronunciamentos contábeis foram adotados pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

(a) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

O IASB emitiu, em janeiro de 2016, a IFRS 16 - Leases e em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2) – Arrendamentos que entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 em substituição a IAS 17 / CPC 06 - "Operações de Arrendamento" e correspondentes interpretações.

Esta norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo, que representa o período em que a Companhia possui controle sobre o uso do ativo arrendado, e o correspondente passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento associado ao ativo arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos com prazo de vigência inferior a um ano e itens de pequeno montante.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela abordagem retrospectiva modificada a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo dos dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos.

(b) IFRIC 23 - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro

A interpretação esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL). A Administração não identificou impactos decorrentes da adoção dessa interpretação, restringindo apenas aos requerimentos da nova geografia das divulgações de contingências envolvendo imposto de renda e contribuição social.

Não existem outras normas IFRS ou interpretações IFRIC emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo em exercícios subsequentes a 31 de dezembro de 2019.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição da controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com não controladores

O Grupo trata as transações com não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

(i) Obrigações com acionista de controlada

Quando da aquisição de 55% das quotas da empresa 4Bio Medicamentos Ltda. (atualmente denominada 4Bio Medicamentos S.A. ou 4Bio), a Companhia e o acionista fundador firmaram contrato com outorga de opção de compra e opção de venda da totalidade das ações remanescentes em poder do acionista fundador cujo preço de exercício será calculado com base em múltiplos de EBITDA ajustados da 4Bio a serem apurados nos exercícios de 2021 a 2023.

O passivo financeiro (passivo não circulante) representado pela obrigação de compra das ações decorrente da opção outorgada, é registrado a valor presente (na rubrica de Obrigações com acionista de controlada) e em separado da contraprestação transferida, mediante a adoção do método de acesso presente, no qual a participação não controladora é reconhecida já que o acionista não controlador está exposto aos riscos e tem acesso aos retornos associados à sua participação, em contrapartida da conta de "ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido.

No transcorrer do tempo, a recomposição do valor da opção de compra das ações adicionais oriunda do ajuste a valor presente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de despesa financeira.

No último trimestre do exercício ou na ocorrência de mudança relevante de premissa durante o exercício, premissas que compõem o valor justo da opção são revisadas/atualizadas de forma a refletir o valor justo do passivo financeiro no encerramento do exercício. Ajustes apurados são registrados na rubrica de Obrigações com acionista de controlada (Nota 10), em contrapartida de despesa financeira.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria de "custo amortizado".

(d) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados a valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio do Grupo para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que o Grupo decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e o Grupo considera essa classificação como sendo mais relevante; e
- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do Grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA;
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e
- Investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado: os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais;
- Quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado;
- As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado; e

- Valor justo por meio do resultado: os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Instrumentos patrimoniais

O Grupo subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a Administração do Grupo escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito do Grupo receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

Perda por redução ao valor recuperável - *Impairment*

O Grupo registra as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Perdas de crédito esperadas em clientes são mensuradas por meio de estimativas ponderadas de probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(e) Clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e das perdas esperadas. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência provável de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 7).

(f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

(g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% e 9%, respectivamente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque sofre tratativas de ajustes que afetam a base de cálculo de forma permanente, como a exclusão de itens não tributáveis ou não dedutíveis.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre projeções fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que serão tributados em períodos posteriores ao reconhecimento contábil no resultado da Companhia, portanto podem sofrer alterações. Esta premissa inclui saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, quando aplicável.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixados, caso o estudo que tem por objetivo determinar expectativa da sua realização seja alterada.

Os tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

(h) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante quando não houver expectativa de perda ou como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para o Grupo. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

(i) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11(a). O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, o centro de distribuição do Butantã e algumas lojas próprias, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes, e incorporado ao custo atribuído quando da adoção do IFRS. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva de reavaliação, no grupo de Ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(j) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio apurado na aquisição do investimento anterior a 2009 (Drogaria Vison) foi calculado como sendo a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Pontos comerciais

Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 11 (b), as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação inferiores a vinte anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

As licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11 (b).

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11 (b).

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

(k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como ágio, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor

recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). A UGCs da Companhia são as lojas.

(l) Arrendamentos

Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" seguindo os princípios do IAS 17 - "Arrendamentos". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa incremental sobre empréstimo da arrendatária em 1º de janeiro de 2019. A média ponderada da taxa incremental de empréstimo nominal da arrendatária aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi de 6,69% a.a.. Detalhes sobre as taxas por período de contrato estão descritas na Nota 15.

Para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros, o Grupo reconheceu o valor contábil do ativo e do passivo de arrendamento imediatamente antes da transição ao valor contábil do direito de uso do ativo e do passivo de arrendamento na data da aplicação inicial. Os princípios de mensuração do CPC 06 (R2) / IFRS 16 aplicam-se apenas após esta data. As remensurações dos passivos de arrendamentos foram reconhecidas como ajustes nos respectivos ativos de direito de uso imediatamente após a data da aplicação inicial.

O Grupo é qualificado como arrendatário após avaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento, conforme as seguintes premissas:

- (i) O arrendador não pode ter o direito substantivo de substituir o ativo por um ativo alternativo durante o prazo do arrendamento;
- (ii) O Grupo tem substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo de um contrato caso ele se beneficie da maior parte dos benefícios provenientes do produto principal, subproduto e outros benefícios que o ativo poderá gerar;
- (iii) O Grupo tem o direito de direcionar o uso do ativo, gerindo como e para que fins ele será utilizado durante o período de uso ou quando essas decisões estiverem predeterminadas no contrato e o Grupo operar o ativo durante todo o período do contrato, sem que o arrendador tenha o direito de alterar essas instruções de funcionamento.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

(n) Benefícios a funcionários e dirigentes

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos, existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. O Grupo não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), previdência do tipo benefício definido e/ou qualquer plano de aposentadoria ou assistência pós-emprego.

Parte dos benefícios a dirigentes incluem o Plano de ações restritas, classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão, em contrapartida do patrimônio líquido Nota 19 (d).

(o) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite equivalente a até 65% (sessenta e cinco por cento) do resultado do exercício para a formação da "Reserva Estatutária de Lucros", que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, observado que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do Artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.

(p) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto", permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

(q) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia e sua controlada gozam de incentivos fiscais de ICMS que de acordo com a Lei complementar 160/17 são classificados como subvenção para investimentos. A Administração da Companhia, tendo em vista a referida Lei, está destinando os montantes descritos na Nota 19 (e), para reserva de incentivos fiscais, na rubrica de reserva de lucros, sujeita a aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Os valores dos incentivos não fazem parte da base de cálculo de dividendo mínimo obrigatório sendo que somente poderão ser incorporados ao capital social, em conformidade com a Lei 6.404/76.

(r) Juros sobre o capital próprio

Com base no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(s) Reconhecimento de receita

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda. Substituiu a partir de 1º janeiro de 2018 o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos:

(i) Identificação de um contrato com o cliente;

(ii) Determinação das obrigações de desempenho;

(iii) Determinação do preço da transação;

(iv) Alocação do preço da transação; e

(v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período de tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

Vendas de mercadorias (medicamentos, perfumaria e produtos de auto atendimento)

As receitas do Grupo advêm principalmente da venda de medicamentos, produtos de perfumaria e uma série de produtos de auto atendimento (medicamentos sem necessidade de receituário médico, produtos alimentícios, etc.) para o consumidor final. Tratando-se de um Grupo que atua na indústria de varejo de medicamentos onde o consumidor geralmente se serve da mercadoria nas lojas onde preços e descontos são informados mediante consulta aos funcionários do Grupo ou obtidos nos locais onde as mercadorias estejam expostas e que a transferência de controle acontecem quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias e serviços aos consumidores.

Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas a avaliação segundo o CPC 47 / IFRS 15 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais onde mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda do Grupo. A receita de vendas reconhecida nas demonstrações financeiras contemplam os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações, consideram valores de venda e de recebimento de consumidores complementados por recebimentos de fornecedores.

As receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções.

Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Componente significativo de financiamento

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, ao determinar o preço da transação, a Companhia deve ajustar o valor prometido da contraprestação pelos efeitos do valor do dinheiro no tempo se o momento dos pagamentos acordado pelas partes do contrato (explícita ou implicitamente) fornecer ao cliente ou à Companhia um benefício significativo do financiamento da transferência de bens ou serviços para o cliente. Nessas circunstâncias, o contrato contém um componente de financiamento significativo. Um componente de financiamento significativo pode existir independentemente de a promessa de financiamento estar explicitamente declarada no contrato ou implícita nas condições de pagamento acordadas pelas partes do contrato.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

(t) Descontos comerciais e negociações comerciais na compra de mercadorias

A contraprestação variável do Grupo está substancialmente representada por acordos comerciais onde produtos podem ser comercializados em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda do Grupo em diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar característica e natureza complexas. As principais categorias de acordos comerciais são:

(i) descontos financeiros concedidos por laboratórios no momento da venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios tratam-se de benefícios concedidos pelo fornecedor do Grupo ao consumidor final do Grupo que tem por objetivo estabelecer um processo de fidelização do consumidor ao seu produto ou medicamento. Na grande maioria dos casos, a partir do momento em que o consumidor final é cadastrado no sistema do fornecedor, o consumidor final se beneficia de um desconto concedido pelo fornecedor do Grupo, pagando pela mercadoria um preço diferenciado do preço desta mesma mercadoria caso não estivesse associado a um programa de benefícios. Esse desconto ofertado pelo fornecedor ao cliente do Grupo, é apurado em tempo real e reconhece, no mesmo momento da venda da mercadoria ao consumidor, um valor a receber do fornecedor equivalente ao montante do desconto concedido.

Para transações dessa natureza, o Grupo reconhece como redução do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida, um valor a receber de convênios ou redução de passivo de contratos.

(ii) verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – tratam-se de programas de venda do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento ao Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em condições outras que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de compras do Grupo em conjunto com a área de vendas para o alinhamento com as estratégias de venda do Grupo.

A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização do produto associado à promoção), o Grupo reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida um valor a receber de convênios ou redução de passivo de contratos.

(iii) abatimentos por metas de volume, auferidos tanto nas compras quanto nas vendas – tratam-se de programas de bonificação concedidos ao Grupo associados a metas de compra e de venda das mercadorias de um determinado fornecedor. O Grupo considera o benefício obtido como uma redução dos valores a pagar de fornecedores, tendo como contrapartida a conta de estoques, a partir do momento em que conclui ser altamente provável que o benefício obtido não será sujeito a reversão.

Nos casos (ii) e (iii) acima, tratam-se de diferentes formas de negociação que tem por principal objetivo a aquisição de mercadorias no menor custo ofertado pelo fornecedor independente da forma com que foi proposta a transação de compra do produto.

(u) Ganho com compra vantajosa

A compra vantajosa ocorre em uma combinação de negócios onde o preço pago para adquirir o negócio é inferior ao valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida, representado pelos ativos adquiridos e passivos assumidos. Ganhos decorrentes de compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Antes de reconhecer o ganho decorrente de compra vantajosa, a Companhia deve promover uma revisão dos valores apurados na mensuração do valor para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados.

Reconhecendo a não usualidade deste ganho em combinações de negócios, a Companhia revê os procedimentos utilizados para assegurar que a mensuração dos valores a serem reconhecidos na data da aquisição, estejam adequadamente mensurados para os casos abaixo:

(i) ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos; e

(ii) a contraprestação transferida para obtenção do controle da adquirida.

Confirmada a adequação do valor do ganho por compra vantajosa, a Companhia registra a transação nas demonstrações financeiras da Companhia, líquido dos efeitos tributários. O imposto de renda e contribuição social contabilizado em uma compra vantajosa é pago na razão de 1/60 avos.

(v) Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(w) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(i) Tributos a recuperar

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(ii) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(iii) Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11 (b) (ii).

(iv) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 16. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e esperadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e o histórico de indenizações do Grupo.

(v) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

(vi) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

A maioria das opções de prorrogação em arrendamentos de escritórios, imóveis residenciais e veículos não foram incluídas no passivo de arrendamento porque o Grupo pode substituir estes ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não exercê-la). Durante o exercício corrente, o efeito financeiro da revisão dos prazos de arrendamentos a fim de refletir o efeito do exercício de prorrogação e rescisão resultou em um montante de R\$ 54.737 nos passivos de arrendamentos e direito de uso de ativos reconhecidos na Nota 15.

(vii) Ganho por compra vantajosa

Na determinação do ganho por compra vantajosa, são levados em consideração o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos os quais são comparados com os correspondentes valores pagos. Como parte do processo de combinação de negócios a Companhia é requerida a mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e comparar com os correspondentes valores pagos.

Tratam-se de mensurações que envolvem premissas e julgamentos críticos na determinação dos valores justos dos ativos e dos passivos e que, por resultarem em um ganho a ser registrado no resultado do exercício, requer uma avaliação criteriosa por parte da Administração para assegurar que não resulte em reversão futura de uma parcela do ganho registrado no reconhecimento contábil da operação. Portanto, trata-se de uma estimativa crítica feita pela Administração da Companhia.

5. Combinação de negócios

(a) Aquisição da Drogaria Onofre Ltda.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, em 26 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou com a CCI Foreign, S.à.r.l. e Beauty Holdings, L.L.C., contrato de Compra e Venda de Quotas (CVQ) de 100% das quotas representativas do capital social da Drogaria Onofre Ltda. ("Onofre").

A aquisição da Onofre ocorreu em 1º de julho de 2019, quando todas as condições precedentes estabelecidas no CVQ foram cumpridas.

Em conexão com a aquisição da Drogaria Onofre Ltda., a Companhia contratou empresa especializada e independente para assessorar a Administração na determinação do valor justo dos ativos e passivos assumidos em 1º de julho de 2019 para fins de apuração do ganho por compra vantajosa (deságio).

A norma contábil CPC 15 (R1) / IFRS 3, que trata da combinação de negócios, requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Neste caso, os acionistas da Companhia passaram a ter o controle sobre a Onofre em 1º de julho de 2019, data em que ocorreu a formalização dos acordos, sendo essa data considerada como "data de aquisição" para fins do reconhecimento contábil da transação.

A contraprestação assumida pela Raia Drogasil para aquisição da Onofre é baseada no compromisso de responsabilizar-se pelos direitos (ativos) e obrigações (passivos) da Onofre. Não houve desembolso financeiro no acordo de aquisição.

A Administração adotou o balanço de 30 de junho de 2019 como balanço de abertura para fins da alocação dos efeitos da aquisição. Os detalhes dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos e passivos assumidos e a consequente mensuração preliminar do deságio/ganho por compra vantajosa, estão demonstrados a seguir:

	30 de junho de 2019
Ativos e Passivos	(Valor justo)
Ativos circulantes	497.387
Caixa e equivalentes de caixa	283.685
Contas a receber de clientes	44.608
Estoques	96.371
Tributos a recuperar	63.613
Outros	9.110
Ativos não circulantes	392.033
Depósitos judiciais	4.133
Ativo indenizatório	127.037
Imobilizado	196.418
Intangível	62.487
Outros	1.958
Total do ativo	889.420

Passivos circulantes	(121.531)
Fornecedores	(53.777)
Arrendamentos	(27.959)
Obrigações sociais e trabalhistas	(13.686)
Obrigações fiscais	(4.205)
Provisões para contingências	(16.841)
Outros	(5.063)
Passivo não circulante	(410.219)
Arrendamentos	(58.036)
Provisões para contingências	(10.831)
Contingências prováveis e possíveis – Combinação de negócios	(17.254)
IR/CS diferidos (Mais valia de estoques)	(2.407)
Obrigações com ex-controladores (b)	(324.098)
Total do passivo	(534.157)
Total dos ativos líquidos	355.263
Valor pago	
Ganho obtido na aquisição	355.263
Acervo líquido adquirido (Patrimônio líquido contábil)	178.089
Mais/Menos valia alocada	177.174

Como ocorre nas circunstâncias de apuração de um ganho com aquisição de um negócio, a Administração da Companhia apurou um valor preliminar de ganho com aquisição de negócios considerado e sujeito a eventuais ajustes conforme período de mensuração previsto no CPC 15.

O ganho preliminar decorrente da aquisição, no montante de R\$ 355.263, foi reconhecido como receita do exercício, na rubrica outras receitas operacionais; concomitantemente foi reconhecido o imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) diferidos sobre este valor nos termos da legislação vigente para casos de apuração de deságio/ganho por compra vantajosa.

Os valores de mais/menos valias alocados aos ativos e passivos da Onofre determinados em Laudo estão demonstrados a seguir:

Mais/menos valia alocadas aos ativos e passivos	R\$
Estoques ⁽ⁱ⁾	21.237
Imobilizado ⁽ⁱⁱ⁾	10.447
Intangível ⁽ⁱⁱⁱ⁾	38.114
Ativo indenizatório ^(iv)	127.037
Contingências – Combinação de negócios ^(v)	(17.254)
IR/CS diferidos (Mais valia de estoques) ^(vi)	(2.407)
Impacto total do valor justo	177.174

(i) Referem-se aos estoques de mercadorias. O saldo de estoque disponível para comercialização foi ajustado a valor justo, considerando o giro médio, margem histórica dos canais de vendas e a expectativa da taxa Selic.

(ii) Compreende o conjunto de ativos imobilizados da Onofre, composto por terrenos, edifícios, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, *hardware*, veículos, benfeitorias em bens de terceiros, imobilizados em andamento. O saldo contábil foi ajustado a valor justo conforme avaliação patrimonial.

(iii) Compreende o ativo intangível identificado da "Marca Onofre", que foi avaliada considerando as seguintes premissas:

- Estimativa de vida útil remanescente – estimada em 21,5 anos para atingir 90% de concentração do benefício econômico para o fluxo de caixa projetado a valor presente;
- Estimativa da taxa de *Royalty* – aplicada sobre a receita projetada foi de 1,3% com base nas metodologias de divisão dos lucros e *Royalties* de transações;

- Receita total – projetada pela Administração da Raia Drogasil conforme o *Business Enterprise Value* (BEV – Avaliação de Empresa);
- Taxa de desconto – para o cálculo do valor presente do fluxo de caixa projetado do intangível, foi adotada uma taxa de desconto de 15,1%, estimada com base no WACC calculado para a empresa, acrescido de um prêmio de risco; e
- Benefício fiscal da amortização (*Tax Amortizations Benefit* – TAB) – benefício fiscal gerado na possível amortização do referido valor justo do ativo pela sua vida útil estimada.

Cabe destacar que, do valor de R\$ 38.114 de mais valia alocada à marca Onofre, a Companhia efetuou no período findo em 31 de dezembro de 2019, a baixa por *impairment* no valor de R\$ 22.665, referente a mais valia alocada às lojas, uma vez que estas foram migradas para as bandeiras Droga Raia ou Drogasil. A baixa foi registrada no resultado do período na rubrica outras despesas operacionais.

(iv) Refere-se ao valor da consideração transferida na transação, como garantia bancária (carta de fiança), para cobertura dos passivos decorrentes da disputa jurídica envolvendo os ex-acionistas da Onofre e a CVS, a saber: (i) procedimento arbitral no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá; e (ii) ação de produção antecipada de provas em curso na 23ª Vara da Comarca de São Paulo, conforme estabelecido no SPA. Uma vez que parte do passivo relacionado a tais obrigações com os ex-controladores está garantido por aplicação financeira vinculada aos processos no valor de R\$ 197.061, o valor justo de R\$ 127.037 foi apurado pela diferença entre o saldo materializado das provisões passivas de obrigações com os ex-controladores e a aplicação financeira vinculada, limitada a R\$ 167.000.

(v) Referem-se às contingências classificadas como possíveis no balanço da Onofre e que para fins de Combinação de Negócios, conforme CPC 15 / IFRS 3, o valor justo das perdas possíveis estão sendo incluídos na alocação preliminar do preço de compra.

Conforme CPC 15 / IFRS 3, o adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos (incorporando benefícios econômicos) um valor justo assumido na negociação na pressuposição de liquidação da provisão para contingência.

A Companhia concluiu que os valores justos das contingências de perda possível se aproximam dos valores esperados de desembolso e estão alocados no preço de aquisição para determinação do valor justo do patrimônio líquido da Onofre.

(vi) Referem-se ao IR/CS diferidos constituídos em relação a parcela de 1/3 da mais-valia dos estoques “baixados” antes da incorporação da Onofre.

O resultado da operação deveu-se, substancialmente, ao interesse do Vendedor de não mais operar no Brasil.

(b) Obrigações com ex-controladores assumidas pelo Vendedor

O passivo classificado no longo prazo no montante de R\$ 332.900 (R\$ 324.098 em 30 de junho de 2019) refere-se a obrigações com antigos sócios da Onofre com o Vendedor e sua liquidação depende de uma decisão arbitral. No contrato de aquisição da Onofre pela Raia Drogasil, foi acordado que as aplicações financeiras e a carta fiança (ativo indenizatório) nos montantes de R\$ 202.356 (R\$ 197.061 em 30 de junho de 2019) e R\$ 130.571 (R\$ 127.037 em 30 de junho de 2019), respectivamente, permanecerão vinculados ao passivo de arbitragem como garantia de liquidação. Dessa forma, a Raia Drogasil não será prejudicada ou beneficiada por esta operação desde a data da compra (1º de julho de 2019), até a data de sua completa liquidação. O valor atualizado de R\$ 332.927 está classificado como ativo restrito de arbitragem no grupo ativo não circulante.

Conforme estabelece o CVQ, os Vendedores serão responsáveis pela condução do processo arbitral até sua completa extinção e quaisquer perdas ou ganhos decorrentes da resolução da arbitragem serão indenizados a Companhia. Dessa forma, os resultados auferidos a partir de 1º de julho de 2019 com atualizações monetárias dos referidos ativos e passivos, bem como os correspondentes impostos incidentes sobre as referidas transações, serão apurados e expurgados do resultado em contrapartida das contas patrimoniais, cujo valor em 31 de dezembro de 2019 representa um ressarcimento aos Vendedores no valor de R\$ 27.

(c) Incorporação da Drogaria Onofre Ltda. em 1º de agosto de 2019

Em 1º de agosto de 2019, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a proposta de incorporação da Drogaria Onofre Ltda. pela Raia Drogasil S.A., a qual teve como referência o laudo de avaliação a valor contábil do patrimônio líquido da Onofre em 31 de dezembro de 2019, elaborado por perito especializado e independente.

Com a aquisição da Onofre em 1º de julho de 2019 e incorporação em 1º de agosto de 2019, a Companhia reconheceu os resultados de um mês da operação da Onofre nas informações contábeis consolidadas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Nota 10(c).

Os saldos patrimoniais incorporados pela Companhia em 1º de agosto estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais incorporados	1º de agosto de 2019
Ativo circulante	274.373
Ativo não circulante	529.285
Passivo circulante	(107.003)
Passivo não circulante	(398.653)
Acervo líquido incorporado	298.002

6. Caixa e equivalentes de caixa

Itens de caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	121.382	113.417	123.597	115.002
Fundo de investimento		2.381		2.381
Aplicações automáticas ⁽ⁱ⁾	45.766	59.860	47.156	59.860
Certificado de Depósito Bancário - CDB ⁽ⁱⁱ⁾	2.892	25.344	2.892	25.344
Debêntures compromissadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	124.823	37.151	125.581	38.981
Total	294.863	238.153	299.226	241.568

Na data da incorporação em 1º de agosto de 2019, o montante de Caixa e equivalentes de caixa da Onofre incorporados foram de R\$ 69.856.

(i) Trata-se de um fundo de renda fixa de curto prazo com resgates automáticos onde os ativos financeiros componentes da carteira têm prazo médio de 10 dias.

(ii) Aplicação em certificado de depósito bancário com liquidez diária e prazo de carência de 30 dias.

(iii) Trata-se de investimento em renda fixa com remuneração atrelada à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, lastreado em debêntures ofertadas publicamente emitidas por companhias, com compromisso de recompra por parte do Banco e revenda por parte do Grupo, conforme condições previamente pactuadas onde as instituições financeiras que transacionaram esses títulos garantem o risco de crédito, de baixo risco para o Grupo e com liquidez imediata sem perda de rendimento.

As aplicações financeiras estão distribuídas nas seguintes instituições financeiras: Bradesco, Santander, Itaú e Banco do Brasil.

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros é divulgada na Nota 25(a).

7. Clientes

Itens de clientes	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes	1.051.156	806.541	1.192.449	938.744
(-) Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(1.250)	(892)	(3.430)	(1.355)
Total	1.049.906	805.649	1.189.019	937.389

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

Idades de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	1.046.380	799.003	1.173.928	923.872
Vencidas				
Entre 1 e 30 dias	1.745	2.784	8.612	7.679
Entre 31 e 60 dias	2.077	2.982	4.469	3.678
Entre 61 e 90 dias	178	610	1.041	1.147
Entre 91 e 180 dias	776	1.128	2.774	1.937
Entre 181 e 360 dias		34	1.625	431
(-) Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(1.250)	(892)	(3.430)	(1.355)
Total	1.049.906	805.649	1.189.019	937.389

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, representado por cartões de crédito, débito e por parcerias com empresas e governo, é de aproximadamente 36 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações do Grupo. Parte substancial dos valores vencidos acima de 31 dias, estão representados por recebimento por meio de convênios e por meio do Programa de Benefício em Medicamentos - PBMs.

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Movimentação de perdas esperadas	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(892)	(3.889)	(1.355)	(4.664)
Adições	(8.196)	(5.684)	(12.607)	(8.354)
Reversões	3.097	1.722	5.261	4.241
Perdas	4.741	6.959	5.271	7.422
Saldo final	(1.250)	(892)	(3.430)	(1.355)

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros a custo amortizado e, portanto mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4(d) – Perda por redução ao valor recuperável - *Impairment*.

8. Estoques

Itens de estoques	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercadorias para revenda ⁽ⁱ⁾	3.783.236	2.984.574	3.863.289	3.052.322
Mercadorias em poder de terceiros ⁽ⁱⁱ⁾		44.825		44.825
Materiais de consumo	1.215	1.268	1.215	1.268
Perdas esperadas nos estoques	(13.116)	(11.140)	(13.116)	(11.140)
Total dos estoques	3.771.335	3.019.527	3.851.388	3.087.275

(i) Quando da incorporação da Onofre, o montante do estoque de mercadorias acrescentado aos estoques da Companhia foi de R\$ 90.759.

(ii) No 4º trimestre de 2019, ocorreu a transferência das mercadorias da Companhia que estavam armazenados em poder de terceiros para o novo CD Guarulhos, além do aumento da capacidade de armazenamento.

A movimentação das perdas esperadas com mercadorias está demonstrada a seguir:

Movimentação de perdas esperadas	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(11.140)	(13.821)	(11.140)	(13.821)
Adições	(8.737)	(2.857)	(8.737)	(2.857)
Baixas	6.761	5.538	6.761	5.538
Saldo final	(13.116)	(11.140)	(13.116)	(11.140)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado foi de R\$ 11.586.282 (R\$ 9.742.023 - 2018) para a Controladora e de R\$ 12.367.239 (R\$ 10.355.923 - 2018) para o consolidado, incluindo o valor das baixas de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício que totalizaram R\$ 105.483 (R\$ 89.277 - 2018) para a Controladora e R\$ 106.773 (R\$ 89.557 - 2018) para o consolidado.

O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de "custo das mercadorias vendidas".

9. Tributos a recuperar

Itens de tributos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributos sobre o lucro a recuperar				
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	2.022	113	2.022	113
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	1.557	214	8.763	3.518
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido			2.974	1.237
Subtotal	3.579	327	13.759	4.868
Outros tributos a recuperar				
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – saldo credor	78.044	37.679	83.812	41.470
ICMS – Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente	25.519	186	25.519	186
ICMS – Sobre aquisições do ativo imobilizado	77.023	58.410	77.023	58.410
PIS – Programa de integração social	1.535	4.228	2.219	4.228
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	7.814	19.474	10.823	19.474
FINSOCIAL – Fundo de investimento social – 1982 precatório	561	561	561	561
Subtotal	190.496	120.538	199.957	124.329
Total	194.075	120.865	213.716	129.197
Ativo circulante	135.771	76.520	145.617	84.852
Ativo não circulante	58.304	44.345	68.099	44.345

Os créditos de ICMS de R\$ 78.044 e de R\$ 25.519 (R\$ 37.679 e de R\$ 186 - Dez/2018) na Controladora e de R\$ 83.812 e R\$ 25.519 (R\$ 41.470 e R\$ 186 – Dez/2018) no consolidado, são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas por seus Centros de Distribuição nos Estados de São Paulo, Pernambuco e Rio Janeiro, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas em outros Estados da Federação. Os respectivos créditos vêm sendo consumidos progressivamente nos últimos meses, principalmente por produtos que estão fora da sistemática da substituição tributária.

Trânsito em julgado – Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS – Ação ordinária distribuída pela Drogasil S.A. em abril de 1986

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº574.706, com efeitos de repercussão geral, no qual foi assegurado aos contribuintes o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS.

A Companhia possui ação judicial própria, ajuizada no ano de 1986, objetivando discutir o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e FINSOCIAL, tendo ocorrido o trânsito em julgado e o processo baixado à vara de origem em maio/19. Os efeitos dessa decisão se aplicam também à COFINS, já que no processo foi declarada a sucessão desse tributo pelo anterior (FINSOCIAL).

Vale lembrar que o critério de cálculo dos créditos e a modulação dos efeitos da decisão do mencionado Recurso Extraordinário, aguardam ainda o julgamento dos Embargos de Declaração ajuizado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no RE 574.706, marcado para o dia 1º de abril de 2020.

Nesse sentido, visando preservar maior segurança jurídica para fins de recuperação dos créditos de períodos passados, a Companhia optou por adotar momentaneamente o critério determinado pela Receita Federal nos termos da Solução COSIT nº 13/18 e IN nº 1.911/19, tendo apurado créditos no montante de R\$ 4.809.

Por se tratar de valores correspondentes ao período de 2013 a 2017, o principal (R\$ 3.503) foi contabilizado no resultado não recorrente e a atualização monetária (R\$ 1.306) no resultado financeiro do exercício.

Caso seja considerado o valor do ICMS destacado como critério de cálculo, a Companhia deverá registrar o valor aproximado de R\$ 46.000 corresponde ao período de 2013 a 2017.

A Companhia aguarda o julgamento dos Embargos de Declaração ajuizado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no RE 574.706, para avaliar a melhor estratégia a ser adotada, dentro das possibilidades de liquidação de sentença e/ou compensação dos créditos calculados.

10. Investimentos

(a) Combinação de negócios – 4Bio

Em 2015, a Companhia adquiriu 55% de participação societária da 4Bio Medicamentos S.A. ("4Bio") passando a deter controle a partir de 1º de outubro de 2015.

O Contrato estabelece outorgas de opção de compra e opção de venda do saldo remanescente das ações correspondente a 45% da totalidade, atualmente em poder do acionista fundador, a serem exercidas após janeiro de 2021 e cujo valor justo será calculado com base na média dos EBITDAs ajustados da 4Bio a serem apurados nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2019 e a findar em 31 de dezembro de 2020, e cujo valor justo em 31 de dezembro de 2019, corresponde a R\$ 42.113 (R\$ 36.380 – 2018).

Em 24 de setembro de 2019, a Companhia e o Fundo de Investimento em Participações Kona ("Kona") assinaram aditivo ao contrato original de compra e venda alterando prazo de exercício das opções de compra, detida pela Companhia, e de venda detida por Kona, relativo aos 45% remanescentes da 4Bio, passando a vigorar o seguinte critério:

De:

- Opção de compra e venda das ações equivalentes a 45% do capital social, será exercível após 1º de janeiro de 2021, tendo como referência a média dos EBITDAs ajustados da 4Bio dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2019 e a findar em 31 de dezembro de 2020;

Para:

- 1ª. opção de compra e venda das ações equivalentes a 30% do capital social, será exercível entre 1º de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2021, tendo como referência a média dos EBITDAs ajustados da 4 Bio dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2019 e a findar em 31 de dezembro de 2020;

- 2ª. opção de compra e venda das ações equivalentes a 15% do capital social, será exercível a partir de 1º de janeiro de 2024, tendo como referência a média dos EBITDAs ajustados da 4Bio dos exercícios a findar em 31 de dezembro de 2021, de 2022 e de 2023;

Ficou também estabelecido que o sr. André Kina seguirá como CEO da 4Bio pelo menos até o final de 2023.

Considerando os novos fatos e circunstâncias, o valor justo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2019, foi remensurado para R\$ 42.113 (R\$ 36.380 - Dez/2018).

O valor justo das ações adicionais registrado na Controladora e no consolidado, no valor de R\$ 42.113 (R\$ 36.380 - Dez/2018), está classificado como nível 3 da hierarquia do valor justo. As principais estimativas de valor justo têm como referência: (i) uma taxa de desconto de 11,81% em dezembro de 2019 (10,07% - Dez/2018), (ii) uma taxa de crescimento médio de EBITDA de 39,01% em dezembro de 2019 (38,38% - Dez/2018), considerando a média dos EBITDAs projetados para os anos de 2018 a 2020 e no múltiplo previsto em contrato.

O ágio decorrente da aquisição, no montante de R\$ 12.907 na Controladora e de R\$ 25.563 no consolidado, representa o benefício econômico futuro esperado pela combinação dos negócios.

(b) Movimentação do investimento – 4Bio

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os saldos de investimentos da Companhia estão demonstrados a seguir:

<u>Razão Social</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Participação (%)</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
4Bio Medicamentos S.A.	Varejo de medicamentos especiais	55%	60.263	40.108

A movimentação do saldo de investimento na controlada, apresentada nas demonstrações financeiras individuais, está demonstrada a seguir:

<u>Movimentação de investimentos – 4Bio</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	40.108	31.489
Aumento de capital em controlada ⁽ⁱ⁾		228
Resultado de equivalência patrimonial	20.160	8.391
Plano de remuneração de ações restritas	(5)	
Saldo final	60.263	40.108

(i) Trata-se da capitalização dos dividendos propostos em 2017, sem modificação na participação societária na controlada.

Para efeito de cálculo da equivalência patrimonial da 4Bio, a Companhia ajusta os ativos, passivos e respectivas movimentações no resultado da 4Bio com base na alocação do preço de compra determinado na data da aquisição. O quadro abaixo demonstra os efeitos no lucro líquido do exercício da 4Bio para fins de determinação do resultado de equivalência patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

<u>Resultado de equivalência patrimonial – 4Bio</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	20.734	8.965
Amortizações das mais valias decorrentes da combinação de negócios	(574)	(574)
Lucro líquido ajustado da 4Bio	20.160	8.391
<u>Patrimônio líquido ajustado</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Investimento a valor de livros (55%)	45.081	24.348
Alocação do preço de compra (mais valia de ativos)	3.454	4.324
Imposto de renda diferido passivo sobre ajustes de alocação	(1.174)	(1.471)
Plano de remuneração de ações restritas	(5)	
Total de patrimônio líquido ajustado	47.356	27.201
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	12.907	12.907
Saldo de investimentos	60.263	40.108

(c) Combinação de negócios - Onofre

Com a aquisição de 100% da participação na Onofre em 1º de julho de 2019 e sua incorporação pela Raia Drogasil em 1º de agosto, conforme descrito na Nota 5, a Companhia reconheceu um mês de equivalência patrimonial (julho/2019) da Onofre.

A movimentação do saldo de investimento na controlada Onofre, apresentada nas demonstrações financeiras individuais, está demonstrada a seguir:

Movimentação de investimento - Onofre	Controladora
Ganho por compra vantajosa	355.263
Resultado de equivalência patrimonial – Julho/2019	(26.518)
Amortização de mais valia	(8.078)
Baixa da marca de lojas Onofre	(22.665)
Baixa de investimento por incorporação	(298.002)
Saldo final de investimento - Onofre	

O quadro abaixo demonstra os efeitos do investimento na Onofre sobre o resultado do período para fins de determinação do resultado de equivalência patrimonial no exercício:

Resultado de equivalência patrimonial - Onofre	Controladora
Prejuízo líquido da controlada Onofre (Julho/2019)	(26.518)
Amortizações das mais valias decorrentes da combinação de negócios	(8.078)
Resultado de equivalência patrimonial	(34.596)

(d) Constituição de empresa - Stix Fidelidade S.A.

A Raia Drogasil S.A. ("RD") junto com o Grupo Pão de Açúcar ("GPA") anunciam a primeira coalizão brasileira de varejistas com empresas de abrangência nacional através da criação da empresa Stix Fidelidade ("Stix"). A Stix nasce com uma plataforma de produtos e serviços para acúmulo e resgate de pontos, de forma a oferecer descontos e vantagens aos clientes fiéis das duas Companhias, além de ter apoio de mais de 3 mil estabelecimentos em todo o país por meio das marcas Drogasil, Droga Raia, Extra e Pão de Açúcar.

O programa Stix Fidelidade terá como foco oferecer benefícios valiosos e acessíveis para participantes em uma ampla gama de segmentos, fidelizando os clientes e gerando valor para empresas que integrarão sua plataforma.

O programa será lançado a partir do 2º semestre de 2020, para os clientes que fizerem suas compras nas lojas Droga Raia, Drogasil, Extra e Pão de Açúcar acumulando os pontos Stix.

A Stix Fidelidade terá sua composição acionária representada por 66,7% de participação do Grupo Pão de Açúcar ("GPA") e 33,3% da Raia Drogasil ("RD"), será uma empresa autônoma, com um Conselho de Administração formado por membros indicados pelos acionistas.

11. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Controladora:

Movimentações	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros/ Direito de uso de ativos	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	27.440	41.917	642.058	367.753	59.183	981.290	2.119.641
Adições			185.815	78.529	4.622	350.268	619.234
Alienações e baixas			(10.057)	(5.044)	(149)	(126.442)	(141.692)
Perdas esperadas para encerramento de lojas			(1.342)			(1.492)	(2.834)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.440	41.917	816.674	441.238	63.656	1.203.624	2.594.349
Adições	11.790	29.505	166.504	179.513	6.057	3.898.687	4.292.056
Alienações e baixas	(3.584)		(13.511)	(23.083)	(1.652)	(211.111)	(252.941)
Perdas esperadas para encerramento de lojas			(2.067)			(3.087)	(5.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.646	71.422	967.400	597.668	68.061	4.888.113	6.628.310
Depreciação acumulada							
Taxas anuais médias de depreciação(%)		2,5 – 2,7	7,4 – 10	7,1 – 15,8	20 – 23,7	13 – 20	
Saldo em 1º de janeiro de 2018		(20.985)	(221.374)	(170.137)	(16.711)	(416.521)	(845.728)
Adições		(1.083)	(66.979)	(50.494)	(7.120)	(211.576)	(337.252)
Alienações e baixas			7.133	4.465	82	119.608	131.288
Perdas esperadas para encerramento de lojas			536			492	1.028
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(22.068)	(280.684)	(216.166)	(23.749)	(507.997)	(1.050.664)
Adições		(3.148)	(90.529)	(78.987)	(8.673)	(805.593)	(986.930)
Alienações e baixas			9.466	6.522	1.114	196.441	213.543
Perdas esperadas para encerramento de lojas			516			1.164	1.680
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(25.216)	(361.231)	(288.631)	(31.308)	(1.115.985)	(1.822.371)
Saldo líquido							
Em 31 de dezembro de 2018	27.440	19.849	535.790	225.072	39.907	695.627	1.543.685
Em 31 de dezembro de 2019	35.646	46.206	606.169	309.037	36.753	3.772.128	4.805.939

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado no consolidado:

Movimentações	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros/ Direito de uso de ativos	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	27.440	41.917	643.187	368.944	59.436	982.512	2.123.436
Adições			186.175	78.975	4.622	350.969	620.741
Alienações e baixas			(10.057)	(5.044)	(149)	(126.442)	(141.692)
Perdas esperadas para encerramento de lojas			(1.342)			(1.492)	(2.834)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.440	41.917	817.963	442.875	63.909	1.205.547	2.599.651
Adições	11.790	29.505	166.735	180.463	6.151	3.904.622	4.299.266
Alienações e baixas	(3.584)		(13.512)	(23.083)	(1.652)	(211.111)	(252.942)
Perdas esperadas para encerramento de lojas			(2.067)			(3.087)	(5.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.646	71.422	969.119	600.255	68.408	4.895.971	6.640.821
Depreciação acumulada							
Taxas anuais médias de depreciação (%)		2,5 – 2,7	7,4 – 10	7,1 – 15,8	20 – 23,7	13 – 20	
Saldo em 1º de janeiro de 2018		(20.985)	(221.731)	(170.611)	(16.913)	(416.920)	(847.160)
Adições		(1.083)	(67.093)	(50.690)	(7.135)	(211.846)	(337.847)
Alienações e baixas			7.133	4.465	82	119.608	131.288
Perdas esperadas para encerramento de lojas			536			492	1.028
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(22.068)	(281.155)	(216.836)	(23.966)	(508.666)	(1.052.691)
Adições		(3.148)	(90.677)	(79.278)	(8.608)	(807.382)	(989.093)
Alienações e baixas			9.466	6.522	1.114	196.441	213.543
Perdas esperadas para encerramento de lojas			516			1.164	1.680
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(25.216)	(361.850)	(289.592)	(31.460)	(1.118.443)	(1.826.561)
Saldo líquido							
Em 31 de dezembro de 2018	27.440	19.849	536.808	226.039	39.943	696.881	1.546.960
Em 31 de dezembro de 2019	35.646	46.206	607.269	310.663	36.948	3.777.528	4.814.260

b) Intangível

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Controladora:

Movimentações	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Marcas	Carteira de clientes	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	266.379	109.542	22.275	780.084	158.354	41.700	1.378.334
Adições	47.328	39.942			1.397		88.667
Alienações e baixas	(35.128)	(9.394)					(44.522)
Perdas esperadas para encerramento de lojas	362	(12)					350
Saldo em 31 de dezembro de 2018	278.941	140.078	22.275	780.084	159.751	41.700	1.422.829
Adições	49.843	96.836			16.900		163.579
Alienações e baixas	(39.039)	(31.414)			(98)		(70.551)
Perdas esperadas para encerramento de lojas	(1.606)	6					(1.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	288.139	205.506	22.275	780.084	176.553	41.700	1.514.257
Amortização acumulada							
Taxas anuais médias de amortização (%)	17,0 – 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	6,7 – 25	
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(138.359)	(44.493)	(2.387)			(37.637)	(222.876)
Adições	(49.194)	(24.804)				(460)	(74.458)
Alienações e baixas	33.162	9.384					42.546
Perdas esperadas para encerramento de lojas	(107)	8					(99)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(154.498)	(59.905)	(2.387)			(38.097)	(254.887)
Adições	(53.921)	(60.610)			(293)	(460)	(115.284)
Alienações e baixas	36.672	30.506					67.178
Perdas esperadas para encerramento de lojas	654	(3)					651
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(171.093)	(90.012)	(2.387)		(293)	(38.557)	(302.342)
Saldo líquido							
Em 31 de dezembro de 2018	124.443	80.173	19.888	780.084	159.751	3.603	1.167.942
Em 31 de dezembro de 2019	117.046	115.494	19.888	780.084	176.260	3.143	1.211.915

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível no consolidado:

Movimentações	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Ágio na aquisição de empresa (4Bio)	Marcas	Carteira de clientes Raia S.A	Relacionamento com clientes 4Bio	Total
Custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2018	266.379	110.494	22.275	780.084	25.563	163.423	41.700	8.463	1.418.381
Adições	47.328	40.658				1.397			89.383
Alienações e baixas	(35.128)	(9.395)							(44.523)
Perdas esperadas para encerramento de lojas	362	(12)							350
Saldo em 31 de dezembro de 2018	278.941	141.745	22.275	780.084	25.563	164.820	41.700	8.463	1.463.591
Adições	49.843	97.903				16.900			164.646
Alienações e baixas	(39.039)	(31.416)				(98)		(535)	(71.088)
Perdas esperadas para encerramento de lojas	(1.606)	6							(1.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	288.139	208.238	22.275	780.084	25.563	181.622	41.700	7.928	1.555.549
Amortização acumulada									
Taxas anuais médias de amortização (%)	17,0 – 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	20	6,7 – 25	
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(138.359)	(44.892)	(2.387)			(2.281)	(37.637)	(1.809)	(227.365)
Adições	(49.195)	(25.052)				(1.014)	(460)	(566)	(76.287)
Alienações e baixas	33.163	9.385							42.548
Perdas esperadas para encerramento de lojas	(107)	8							(99)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(154.498)	(60.551)	(2.387)			(3.295)	(38.097)	(2.375)	(261.203)
Adições	(53.921)	(61.016)				(1.307)	(460)	(566)	(117.270)
Alienações e baixas	36.673	30.506						535	67.714
Perdas esperadas para encerramento de lojas	654	(3)							651
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(171.092)	(91.064)	(2.387)			(4.602)	(38.557)	(2.406)	(310.108)
Saldo líquido									
Em 31 de dezembro de 2018	124.443	81.194	19.888	780.084	25.563	161.525	3.603	6.088	1.202.388
Em 31 de dezembro de 2019	117.047	117.174	19.888	780.084	25.563	177.020	3.143	5.522	1.245.441

Com a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia iniciou a partir de 1º de janeiro de 2019, o registro do direito de uso sobre os contratos de arrendamento. Desta forma, as adições do período incluem o valor de R\$ 3.174.315 na Controladora e de R\$ 3.178.480 no consolidado referentes ao direito de uso arrendado. Vide detalhes na Nota 15.

Na data de incorporação, os montantes dos grupos de imobilizado e intangível da Onofre incorporados foram os seguintes (valores líquidos das correspondentes depreciações acumuladas):

No imobilizado	160.520
Terrenos	8.206
Edificações	27.736
Móveis, utensílios e instalações	16.794
Máquinas e equipamentos	15.529
Veículos	664
Benfeitorias em imóveis de terceiros e direitos de uso de arrendamento	91.591
No intangível	39.190
Ponto comercial	3.136
Software e implantação de sistemas	20.664
Marcas	15.390
Total	199.710

(i) Ágio na aquisição de empresas

Os ágios gerados na aquisição de empresas são testados anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("impairment").

Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda.

O ágio no montante de R\$ 19.888 é referente a aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda. em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, conforme avaliação elaborada por perito independente, e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("impairment").

Ágio na aquisição da Raia S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A., ocorrido em 10 de novembro de 2011, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

Ágio na aquisição da 4Bio Medicamentos S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 25.563 na combinação de negócios com a 4Bio Medicamentos S.A., ocorrido em 1º de outubro de 2015, cujo valor foi complementado pelo ajuste final de preço em 31 de março de 2016 de R\$ 2.040, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

(ii) Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida ("impairment")

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2019 a recuperação do valor contábil do ágio originado pelas aquisições da Drogaria Vison Ltda., Raia S.A. e 4Bio Medicamentos S.A., adquiridas por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem aos respectivos ágios.

O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originaram os ágios foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa é de 17,58% (16,1% - Dez/2018) antes dos impostos e de 11,6% (11,6% - Dez/2018) após os impostos para Drogaria Vison Ltda. e Raia S.A. e de 17,9% (22,6% - Dez/2018) antes dos impostos e de 11,81% (16,1% - Dez/2018) após os impostos para 4Bio Medicamentos S.A.. O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por valor recuperável nos ativos intangíveis ("impairment").

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. Os percentuais médios de crescimento foram estimados em: (i) média para os próximos 3 anos de 10,36% (6,39% - Dez/2018) com perpetuidade de 3,70% (3,90% - Dez/2018) para Raia S.A.; (ii) média para os próximos 3 anos de 4,27% (3,62% - Dez/2018) com perpetuidade de 3,70% (3,90% - Dez/2018) para a Drogaria Vison Ltda.; e (iii) média para os próximos 3 anos de 20,64% (24,19% - Dez/2018) com perpetuidade de 3,70% (3,90% - Dez/2018) para 4Bio.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos autorizados por órgão controlado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (31 de março de cada ano), as afetam em razão dos estoques preexistentes.

Taxas de descontos

As taxas de desconto refletem a atual avaliação de mercado, referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas de reajustes de preços são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de performance avaliadas pela Administração do Grupo.

Análise de sensibilidade

Se a margem bruta usada no cálculo fosse 1 p.p. menor que as estimativas da Administração, em 31 de dezembro de 2019, e, da mesma forma, se a taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1 p.p. maior que as estimativas da Administração, ainda assim, não seriam registrados valores por *impairment* nas análises de recuperabilidade dos ágios.

A determinação de recuperabilidade dos ágios depende de certas premissas chaves conforme descritas anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

12. Benefícios a empregados

(a) Programa de participação nos resultados

O Grupo possui o programa de participação nos resultados que tem como principal objetivo valorizar o desempenho dos seus funcionários durante o exercício. Mensalmente, são reconhecidos um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nas estimativas de alcance das metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados pela Administração. O reconhecimento no passivo é realizado no grupo de salários e encargos sociais e na demonstração do resultado, ocorre na rubrica das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas (Nota 21).

(b) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios de curto prazo a empregados, tais como seguro de vida, assistências médica e odontológica, auxílio moradia, licença maternidade e bolsas de estudo, os quais são contabilizados respeitando o princípio de competência e cujo direito se extingue no término do vínculo empregatício com o Grupo.

O Grupo não concede benefícios pós empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo.

13. Fornecedores

Itens de fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores de mercadorias	2.460.616	1.962.589	2.579.860	2.069.087
Fornecedores de materiais	10.196	9.429	10.400	9.610
Fornecedores de ativos	11.926	18.932	12.359	19.224
Fornecedores de serviços	63.817	57.687	65.267	58.846
Ajuste a valor presente	(14.262)	(15.017)	(14.650)	(15.493)
Total	2.532.293	2.033.620	2.653.236	2.141.274

Alguns fornecedores cederam títulos da Companhia, totalizando R\$ 963.125 (R\$ 1.176.964 – 2018), sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador. Nessas operações, não há alteração no prazo médio de pagamento quando comparada com os valores a pagar aos outros fornecedores. Além disso, não há nenhuma obrigação que resulte em despesa para a Companhia.

Na data da aquisição, os montantes de fornecedores incorporados da Drogaria Onofre Ltda. foram: fornecedores de mercadorias no valor de R\$ 44.288; e fornecedores de materiais no valor de R\$ 4.471.

14. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

		Controladora		Consolidado	
Itens de empréstimos e financiamentos	Taxa média anual de juros de longo prazo	2019	2018	2019	2018
BNDES - Subcrédito		96.646	186.033	96.646	186.033
Empreendimentos	TJLP + 2,09% (+ 2,12% - Dez/2018) a.a.	38.915	69.459	38.915	69.459
Empreendimentos	SELIC + 2,37% (+ 2,35% - Dez/2018) a.a.	48.406	82.348	48.406	82.348
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 2,02% (+ 2,02% - Dez/2018) a.a.	7.107	11.821	7.107	11.821
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 9,54% (+ 9,54% - Dez/2018) a.a.	956	2.596	956	2.596
Máquinas, equipamentos e veículos	SELIC + 2,42% (+ 2,42% - Dez/2018) a.a.	33	53	33	53
Capital de giro	SELIC + 2,42% (+ 2,42% - Dez/2018) a.a.		17.703		17.703
Outros		1.229	2.053	1.229	2.053
Debêntures		1.029.830	640.211	1.029.830	640.211
1ª Emissão de debêntures	104,75% do CDI	167.696	235.424	167.696	235.424
2ª Emissão de debêntures	104,50% do CDI	314.709	404.787	314.709	404.787
3ª Emissão de debêntures –					
Certificado de Recebíveis Imobiliários	98,50% do CDI	247.356		247.356	
4ª Emissão de debêntures	106,99% do CDI	300.069		300.069	
Empréstimos					16.906
Outros					16.906
Total		1.126.476	826.244	1.126.476	843.150
Passivo circulante		228.661	256.033	228.661	272.939
Passivo não circulante		897.815	570.211	897.815	570.211

Os montantes a longo prazo têm o seguinte fluxo de pagamento previsto:

	Controladora/ Consolidado
Previsão de pagamento	2019
2021	154.458
2022	121.358
2023	71.578
2024 em diante	550.421
Total	897.815

(b) Características dos financiamentos com BNDES

Os financiamentos junto ao BNDES têm como finalidade a expansão de lojas, aquisição de máquinas, equipamentos, veículos e financiar o capital de giro.

Os subcréditos Projeto Social, Desenvolvimento de Marcas Próprias e Aquisição de *Software* Nacional estão agrupados na linha de outros. A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 96.646 (R\$ 186.033 - Dez/2018) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("covenants"):

- (i) Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6%; e
- (ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos "covenants" é anual e, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia teria que disponibilizar ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

O Grupo não possui contratos condicionados ao cumprimento de "covenants" não financeiros.

Características das debêntures

Em 17 de junho de 2019, a Companhia realizou a 4ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em série única, sem garantia real, para distribuição pública com esforços restritos (CVM476), com liquidação em 12 de julho de 2019, no montante de R\$ 300.000, remuneração de 106,99% do CDI e prazo de pagamento de 8 anos. Os pagamentos de juros serão semestrais, e a amortização do principal ocorrerá em duas parcelas iguais, anuais e consecutivas sendo, a última parcela a ser paga em 17 de junho de 2027. Os recursos captados serão utilizados para reforço do capital de giro.

Tipo de emissão	Valor da emissão	Quantidade em circulação	Emissão	Vencimentos	Encargos anuais	Preço unitário
4ª Emissão - Série Única	R\$ 300.000	300.000	17/06/2019	2019-2027	106,99%	R\$ 1

Em 1º de fevereiro de 2019, a Companhia aprovou, por meio da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração a 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, sem garantia real e sem preferência, em série única, no valor total de R\$ 250.000, com remuneração de 98,5% do CDI e prazo de pagamento de 7 anos. Os pagamentos de juros serão semestrais, e a amortização do principal ocorrerá em duas parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo, a última parcela a ser paga em 13 de março de 2026. Os recursos captados serão utilizados para a construção, expansão, desenvolvimento e reforma de determinados imóveis indicados pela Companhia. Essa operação está vinculada aos certificados de recebíveis imobiliários de emissão da

Vert Companhia Securitizadora, que serão emitidos com lastro nas Debêntures "CRI", objeto de oferta pública de distribuição nos termos da Instrução CVM400.

Tipo de emissão	Valor da emissão	Quantidade em circulação	Emissão	Vencimentos	Encargos anuais	Preço unitário
3ª Emissão - Série Única	R\$ 250.000	250.000	15/03/2019	2019-2026	98,5%	R\$ 1

Em 2 de abril de 2018 foi realizada a 2ª emissão de debêntures da Companhia que possuem prazo de vencimento de 60 meses (abril/2023).

Tipo de emissão	Valor da emissão	Quantidade em circulação	Emissão	Vencimentos	Encargos anuais	Preço unitário
2ª Emissão - 9 Séries	R\$ 400.000	40.000	02/04/2018	2018-2023	104,5%(*)	R\$ 10

(*) Pela taxa média ponderada das séries.

A amortização do principal referente a 2ª emissão das debêntures ocorrerá em 9 parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira a partir do 12º mês após a emissão. O pagamento da remuneração ocorrerá semestralmente, sendo o primeiro pagamento devido em abril de 2019, e os demais pagamentos sempre nos meses de abril e outubro de cada ano, até a data do vencimento.

As características das debêntures emitidas em 2017 não sofreram alterações conforme quadro abaixo:

Tipo de emissão	Valor da emissão	Quantidade em circulação	Emissão	Vencimentos	Encargos anuais	Preço unitário
1ª Emissão - Série Única	R\$ 300.000	30.000	19/04/2017	2017-2022	104,75%	R\$ 10

Os custos incorridos com as emissões das debêntures (2017 – 1ª emissão e 2018 – 2ª emissão e 2019 – 3ª e 4ª emissões) da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$ 10.177 e estão classificados na própria rubrica das respectivas debêntures e serão apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2019, o valor a ser apropriado era de R\$ 7.626 (R\$ 1.260 – Dez/2018), sendo apresentado líquido no saldo das debêntures.

As debêntures da Companhia estão condicionadas ao cumprimento da seguinte cláusula restritiva ("covenants"):

(i) Dívida Líquida / EBITDA: não poderá ser superior a 3,0 vezes.

O cálculo da dívida líquida, base para a determinação do cálculo de "covenants" das debêntures da Companhia, considera os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Conforme descrito na (Nota 15) as obrigações de arrendamento estão sendo apresentadas em uma rubrica distinta e portanto, não compõem o cálculo da dívida líquida.

A mensuração dos "covenants" é trimestral e, durante o exercício de 2019 e de 2018, não houve descumprimento às referidas exigências.

O não cumprimento do "covenants" por 2 trimestres consecutivos poderá ser considerado como evento de inadimplemento e, conseqüentemente ter seu vencimento considerado de forma antecipada.

(d) Reconciliação da dívida líquida

A composição e movimentações da dívida líquida estão apresentadas a seguir:

Composição e movimentações da dívida líquida	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos de curto prazo	228.661	256.033	228.661	272.939
Empréstimos de longo prazo	897.815	570.211	897.815	570.211
Total da dívida	1.126.476	826.244	1.126.476	843.150
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(294.863)	(238.153)	(299.226)	(241.568)
Dívida líquida	831.613	588.091	827.250	601.582

Movimentações da dívida líquida	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2019	826.244	(238.153)	588.091
Aporte de capital	543.123		543.123
Apropriação de juros	65.625		65.625
Pagamento de juros	(60.756)		(60.756)
Amortização de principal	(250.477)		(250.477)
Custo de transação	2.717		2.717
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(56.710)	(56.710)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	1.126.476	(294.863)	831.613

Movimentações da dívida líquida	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2019	843.150	(241.568)	601.582
Aporte de capital	738.647		738.647
Apropriação de juros	66.746		66.746
Pagamento de juros	(62.133)		(62.133)
Amortização de principal	(462.651)		(462.651)
Custo de transação	2.717		2.717
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(57.658)	(57.658)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	1.126.476	(299.226)	827.250

15. Arrendamentos

O Grupo arrenda lojas de varejo, centros de distribuição, terrenos e edifícios para o seu espaço de escritórios. As locações de imóveis operacionais geralmente são executadas por um período entre 5 e 20 anos, locações de imóveis residenciais são executados em 2 anos, e contratos de centros de distribuição/administrativos geralmente são executadas por um período entre 5 e 20 anos. Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação por um período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato. O Grupo também arrenda veículos e equipamentos, com prazos de locação de 3 anos. Ao término do prazo do contrato, o Grupo realiza novas negociações de contratações.

Alguns arrendamentos fornecem pagamentos de aluguel adicionais que são baseados em vendas que o Grupo realiza no imóvel arrendado no período. O Grupo subarrenda parte de alguns de seus imóveis sob arrendamentos operacionais.

As mensurações associadas ao direito de uso dos ativos foram efetuadas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Início do prazo de arrendamento: o Grupo definiu o início do prazo de arrendamento, a data em que passa a exercer o direito de usar o imóvel. Nesse sentido, o Grupo determinou a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data, passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do ambiente físico;
- Prazo de arrendamento: período pelo qual o Grupo contratou o arrendamento. O Grupo adotou o prazo de cada contrato e premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 ("Lei do Inquilinato"), que concede ao arrendatário (Companhia e sua controlada) o direito à renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.

(i) Aluguéis comerciais: em virtude desse tipo de contrato possuir diversos tipos de prazos, definiu-se as seguintes premissas:

- o Contratos com prazo original inferior a 10 anos e que já estejam em um período posterior ao prazo principal do contrato: para esse caso o prazo do contrato será o período residual;
- o Contratos com prazo original inferior a 10 anos e que tenham mais de um período de renovação: para esse caso o prazo do contrato será o período residual;
- o Contratos com prazo original inferior a 10 anos e que estejam próximos ao vencimento (um ano) do contrato principal: para esse caso será incluído um período de renovação;
- o Contratos com prazo original inferior a 10 anos e que tenham direito à primeira renovação: para esse caso será incluído um período de renovação;
- o Contratos com prazo original superior a 10 anos e que estejam próximos ao vencimento (um ano): será considerado um prazo adicional de renovação ao prazo do contrato;
- o Contratos com prazo original superior a 10 anos e que já estejam com período de renovação vigente: será considerado apenas o prazo residual do contrato.

(ii) Galpões e Centros de distribuição: prazo de vigência do contrato;

(iii) Imóveis residenciais: prazo de vigência do contrato;

(iv) Veículos: prazo de vigência do contrato;

(v) Equipamentos: prazo de vigência do contrato.

Contratos com prazo indeterminado: ocorre em contratos de imóveis residenciais. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, o entendimento do Grupo é que, para esses contratos, o prazo a ser considerado é de um ano;

As opções de renovação mantidas são prováveis apenas pelo Grupo e não pelos arrendadores. O Grupo avalia no início do arrendamento se é razoavelmente certo exercer as opções de renovação. O Grupo reavalia se é razoavelmente certo exercer as opções se houver um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias sob seu controle;

- Pagamentos fixos em essência: são os pagamentos durante o prazo do arrendamento que a Companhia está ou possa vir a ser obrigada a fazer. O Grupo determinou como pagamentos fixos em essência os valores determinados como fixos pelo arrendador (aluguéis mínimos contratuais). A Companhia não considerou, para fins de mensuração do direito de uso do ativo e do passivo de arrendamento, os pagamentos de aluguéis variáveis decorrente do

faturamento, serviços e impostos, sendo esses registrados como despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento;

- Pagamentos variáveis: para esses contratos, o Grupo reconhece uma despesa mensal de locação;
- Pagamentos fixos + variáveis: para esses contratos, o Grupo segrega os componentes de pagamento de arrendamento e a parcela fixa é incluída na determinação do passivo de arrendamento e a parcela variável é reconhecida como uma despesa mensal de locação, bem como os pagamentos relacionados aos impostos sobre a propriedade incidentes sobre o arrendador e pagamentos de seguro feitos pelo arrendador; estes montantes são geralmente determinados anualmente;
- Taxa incremental de juros de financiamento do arrendatário: devido às diferenças entre as informações disponíveis aos arrendadores e arrendatários, não foi possível determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos contratos de arrendamento do Grupo. Dessa forma, em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, foi aplicada taxa incremental de juros sobre o financiamento do arrendatário para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

O Grupo, inicialmente, aplicou como taxa incremental de juros (inclusive com partes relacionadas), a taxa real de desconto que ficou em 2,94% a.a. equivalente a taxa negociada para captação de debêntures em 02 de abril de 2018 conforme descrito na Nota 14 (referência a um percentual do CDI projetado para 31 de dezembro de 2018). O Grupo optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

Com o advento do Ofício-Circular CVM nº 02/2019, o Grupo passou a adotar a taxa nominal substancialmente similar a taxa de captação de debêntures de 2 de abril de 2018 (referência a um percentual do CDI) projetado para 31 de dezembro de 2018, resultando em uma taxa nominal de 6,69% a.a., que corresponde a uma taxa ajustada ao risco de crédito da arrendatária e levando em consideração o prazo do contrato de arrendamento e a natureza e qualidade das garantias oferecidas.

A adoção da taxa nominal a partir de 1º de janeiro de 2019, resultou em recálculos e lançamentos contábeis efetuados no resultado do exercício a partir desta data.

- Depreciação do direito de uso do ativo: os contratos de arrendamento do grupo não possuem cláusulas que permitam o Grupo exercer a aquisição da propriedade do ativo (loja ou centro de distribuição) ao final do prazo de arrendamento. Dessa forma, a vida útil desse ativos, na ausência de perda ao valor recuperável, será o prazo contratual, o que for menor. O Grupo adota a alocação da depreciação do direito de uso do ativo de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações nos planos comerciais estratégicos e intenções dos locadores na continuidade do contrato;
- Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento: o encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento;
- Valor recuperável do direito de uso do ativo: o Grupo continuará aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de loja e centros de distribuição.

O Grupo adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 de forma retrospectiva cumulativa, a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentou as informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas IFRS. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos: (i) o valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia, na data da aplicação inicial; e (ii) o valor do direito de uso do ativo na data de aplicação inicial foi mensurado de forma retroativa como se o novo pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início. As reclassificações e os ajustes decorrentes da nova norma de arrendamento foram,

portanto, reconhecidos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019, em contrapartida a lucros acumulados nessa mesma data.

Nas demonstrações financeiras de 2018, o Grupo apresentou na Nota 23, os compromissos assumidos com contratos de aluguel de acordo com os pagamentos mínimos futuros nominais dos aluguéis de lojas tendo como referência os prazos determinados nos contratos assinados. Apresentamos a seguir a reconciliação entre os compromissos firmados com terceiros e a adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019:

	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Compromissos de arrendamentos operacionais divulgados em 31 de dezembro de 2018	2.412.005	2.414.679
Adoção da prática do CPC 06 (R2) / IFRS 16	762.310	763.801
Passivo de arrendamento reconhecido em 1º de janeiro de 2019	3.174.315	3.178.480

Informações sobre os arrendamentos para os quais o Grupo é arrendatário estão apresentadas abaixo:

Como arrendatário

Direito de uso do ativo

A seguir estão apresentadas as movimentações no direito de uso do ativo da Controladora:

	Imóveis operacionais	Imóveis residenciais	Centros de distribuição/ administrativos	Veículos	Equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.923.447	5.649	243.793	1.426		3.174.315
Novos contratos ⁽ⁱ⁾	274.544	11.984	67.917	491	118	355.054
Remensurações	63.786	(498)	(4.693)	2.766		61.361
Rescisões contratuais	(3.420)	(1.516)	(617)			(5.553)
Depreciação ⁽ⁱⁱ⁾	(488.068)	(8.503)	(32.161)	(2.224)	(27)	(530.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.770.289	7.116	274.239	2.459	91	3.054.193

Na data da incorporação, os saldos de arrendamento da Onofre incorporados foram: (i) direito de uso no valor de R\$ 75.853 e; (ii) depreciações acumuladas no valor de R\$ 10.174.

Os arrendamentos incorporados foram adequados conforme as premissas adotadas pelo Grupo. Sendo assim, os ajustes efetuados para direito de uso e depreciações acumuladas foram de R\$ 115.086 e de R\$ 11.499, respectivamente.

A seguir estão apresentadas as movimentações no direito de uso do ativo do consolidado:

	Imóveis operacionais	Imóveis residenciais	Centros de distribuição/ administrativos	Veículos	Equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.923.447	5.719	247.888	1.426		3.178.480
Novos contratos	274.544	12.114	69.980	491	118	357.247
Remensurações	63.786	(534)	(5.727)	2.766		60.290
Rescisões contratuais	(3.420)	(1.516)	(617)			(5.553)
Depreciação	(489.511)	(8.545)	(33.498)	(2.224)	(27)	(533.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.768.846	7.238	278.026	2.459	91	3.056.658

Passivo de arrendamento

A seguir estão apresentadas as movimentações no passivo de arrendamento da Controladora:

	Imóveis operacionais	Imóveis residenciais	Centros de distribuição/ administrativos	Veículos	Equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(2.923.447)	(5.649)	(243.793)	(1.426)		(3.174.315)
Novos contratos	(274.544)	(11.984)	(67.917)	(491)	(118)	(355.054)
Remensurações	(63.786)	498	4.693	(2.766)		(61.361)
Juros	(195.860)	(665)	(19.105)	(90)	(2)	(215.722)
Pagamentos	574.813	9.399	39.506	2.062	17	625.797
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.882.824)	(8.401)	(286.616)	(2.711)	(103)	(3.180.655)

A seguir estão apresentadas as movimentações no passivo de arrendamento do consolidado:

	Imóveis operacionais	Imóveis residenciais	Centros de distribuição/ administrativos	Veículos	Equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(2.923.447)	(5.719)	(247.888)	(1.426)		(3.178.480)
Novos contratos	(274.544)	(12.114)	(69.980)	(491)	(118)	(357.247)
Remensurações	(63.786)	534	5.727	(2.766)	1	(60.290)
Juros	(195.860)	(677)	(19.471)	(90)	(2)	(216.100)
Pagamentos	558.718	9.956	56.746	2.047	17	627.485
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.898.919)	(8.019)	(274.866)	(2.726)	(102)	(3.184.633)

Os vencimentos de passivos de arrendamento estão classificados de acordo com o seguinte cronograma:

	Controladora	Consolidado
Análise de vencimentos - Passivos de arrendamento	2019	2019
Menos que 1 ano	(565.204)	(566.645)
1 - 5 anos	(2.255.718)	(2.258.255)
Mais que 5 anos	(359.733)	(359.733)
Total	(3.180.655)	(3.184.633)
Passivo de arrendamento incluídos no Balanço Patrimonial		
Posição em 31 de dezembro		
Circulante ⁽ⁱ⁾	(565.204)	(566.645)
Não circulante ⁽ⁱⁱ⁾	(2.615.451)	(2.617.988)

Na data de incorporação, os saldos de passivo de arrendamento da Onofre incorporados foram: (i) passivo circulante, no valor de R\$ 22.455 e; (ii) passivo não circulante, no valor de R\$ 45.475.

Os arrendamentos incorporados foram adequados conforme as premissas adotadas pelo Grupo. Sendo assim, os ajustes efetuados para passivo circulante e passivo não circulante foram de R\$ 21.528 e R\$ 83.379, respectivamente.

Os pagamentos futuros a serem efetuados ao arrendador podem gerar ao Grupo o direito de se creditar de PIS e COFINS. Sendo assim, o valor registrado de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento já embute um potencial crédito futuro.

A seguir, são apresentados o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido nas contraprestações futuras de arrendamento:

Contraprestações futuras	Controladora/ Consolidado	PIS/COFINS Potencial (9,25%)
1 – 2 anos	401.859	37.172
2 – 3 anos	400.757	37.070
3 – 4 anos	386.126	35.717
4 – 5 anos	345.420	31.951
Maior do que 5 anos	1.015.922	93.973
Total	2.550.084	235.883

Em atendimento ao Ofício-Circular CVM nº 02/2019 e ao CPC 06 (R2) / IFRS 16, justificado pelo fato do Grupo não ter aplicado a metodologia de fluxos nominais devido à vedação imposta pela IFRS 16 de projeção futura de inflação e com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, abaixo está apresentada a análise de maturidade dos contratos e prestações não descontadas em 31 de dezembro de 2019:

Ano	Valor Presente Líquido	Juros Embutidos (futuros)	Valor de prestações não descontadas
2020	405.636	194.166	599.802
2021	492.885	163.191	656.076
2022	496.088	129.058	625.147
2023	457.003	100.236	557.239
2024	405.877	74.474	480.351
2025	342.914	50.464	393.378
2026 em diante	584.230	110.240	694.470
Total	3.184.633	821.829	4.006.462

Montante reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
Reconhecimento no resultado	2019	2019
Amortizações de direito de uso	530.984	533.806
Juros sobre passivos de arrendamento	215.722	216.100
Ajuste para baixa de arrendamento	(37)	(37)
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	86.154	87.514
Receita sobre subarrendamentos de direito de uso de ativos	(2.896)	(3.002)
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor	20.047	20.047

Montante reconhecido na Demonstração de Fluxo de Caixa

	Controladora	Consolidado
Demonstração de Fluxo de Caixa	2019	2019
Valores que não afetam o caixa:		
Reconhecimento inicial de contratos de arrendamento	3.174.315	3.178.480
Novos contratos	355.054	357.247
Remensuração	61.361	60.290
Rescisões contratuais	(5.553)	(5.553)
Nas atividades operacionais:		
Atualização monetária de arrendamento	215.722	216.100
Nas atividades de arrendamento:		
Pagamentos de passivo de arrendamento	(758.749)	(778.108)

(i) Pagamento de aluguéis variáveis baseados nas vendas

Alguns arrendamentos de imóveis operacionais contêm pagamentos variáveis de arrendamento baseados em um percentual de 2% a 12% das vendas realizadas no período no imóvel operacional arrendado. Essas condições de pagamento são comuns em lojas no país em que o Grupo opera. Os pagamentos de aluguel variável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 9.212 para a Controladora e consolidado.

(ii) Arrendamentos que se enquadram nas exceções e nos expedientes práticos

Os contratos de arrendamento identificados e que estão dentro do escopo de isenção estão representados substancialmente por contratos de impressora, empilhadeiras, balanças cardiotech, geradores de energia, alinhadores de elétrons e placas fotovoltaicas.

O Grupo também aluga equipamentos com contratos de até um ano. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. O Grupo optou por não reconhecer o direito de uso de ativos e os passivos de arrendamento desses itens.

Como arrendador

O Grupo subarrenda parte de alguns de seus imóveis a terceiros. O Grupo classificou esses arrendamentos como arrendamentos operacionais porque eles não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos do arrendamento não descontados a serem recebidos após a data do Balanço:

	Controladora/ Consolidado
Pagamentos de arrendamentos não descontados	2019
Menor do que 1 ano	2.079
1 - 2 anos	1.637
2 - 3 anos	1.442
3 - 4 anos	1.105
4 - 5 anos	219
Maior do que 5 anos	920
Total	7.402

16. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. No caso das contingências trabalhistas, a evolução dos processos e o histórico de perdas são fatores determinantes para refletir a melhor estimativa.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Grupo apresentava as seguintes provisões e correspondentes depósitos judiciais relacionados às demandas judiciais:

Itens de demandas judiciais	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas e previdenciárias	94.101	73.146	94.101	73.146
Tributárias	15.380	642	15.380	642
Cíveis	1.818	700	1.818	700
Subtotal	111.299	74.488	111.299	74.488
(-) Depósitos judiciais correspondentes	(18.177)	(23.099)	(18.177)	(23.099)
Total	93.122	51.389	93.122	51.389
Passivo circulante	26.008	2.512	26.008	2.512
Passivo não circulante	67.114	48.877	67.114	48.877

Os saldos foram impactados pela incorporação de processos oriundos da Onofre. No caso das demandas tributárias o efeito deve-se aos processos relacionados ao estorno de PIS/COFINS e ICMS nos ajustes de estoques, PIS e COFINS nos rebates e fiscalização em curso de REDF.

A movimentação da provisão está demonstrada, conforme segue:

Movimentações de provisão	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial em 1º de janeiro	74.488	25.318	74.488	25.318
Adições de novos processos e revisão de estimativa ⁽ⁱ⁾	83.880	66.433	83.880	66.433
Baixas por pagamento	(58.267)	(28.589)	(58.267)	(28.589)
Reversões por mudanças em processos	(14.262)	(889)	(14.262)	(889)
Reavaliação dos valores ⁽ⁱⁱ⁾	18.527	9.656	18.527	9.656
Atualizações monetárias	6.933	2.559	6.933	2.559
Saldo final	111.299	74.488	111.299	74.488

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora (Nota 24).

(i) Saldo compõe contingências provenientes da incorporação da Onofre nos seguintes montantes de R\$ 26.274 Trabalhista; R\$ 16.090 Tributário; e R\$ 1.381 Cível. Além disso, nas contingências trabalhistas houve ajuste de R\$ 2.410 devido as diferenças de práticas contábeis.

(ii) Refere-se a reavaliação dos valores conforme o andamento jurídico dos processos.

Perdas possíveis

O Grupo, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 possui ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 33.138 (R\$ 45.444 - 2018) para a Controladora e para o consolidado, sendo que R\$ 551 (R\$ 1.379 - 2018) corresponde à área cível e R\$ 32.587 (R\$ 44.065 - 2018) à área tributária.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Grupo apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não haviam provisões correspondentes:

Composição de depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas e previdenciárias	14.353	10.461	14.353	10.461
Tributárias	12.572	11.409	12.572	11.409
Cíveis	3.076	3.900	3.076	3.900
Total	30.001	25.770	30.001	25.770

Contingências trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista, referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e adicional de insalubridade. O Grupo possui ainda ações oriundas da Raia S.A., assim

como da Drogaria Onofre Ltda. movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com o Grupo ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Contingências tributárias

Representadas por multas administrativas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

Contingências cíveis

O Grupo figura como réu em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

17. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, referem-se:

Itens de IR/CS efetivos	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	793.095	635.823	784.168	638.856
Juros sobre o capital próprio	(211.501)	(209.500)	(211.501)	(209.500)
Lucro tributável	581.594	426.323	572.667	429.356
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34	34	34	34
Despesa teórica	(197.742)	(144.950)	(194.707)	(145.981)
Adições permanentes	(10.771)	(7.329)	(13.379)	(7.479)
Equivalência patrimonial	(4.908)	2.853		
Redução do imposto por incentivos (P.A.T.)	2.144	5.487	2.144	5.487
Subvenção para investimentos ⁽ⁱ⁾	32.502	14.041	27.720	21.877
Ganho por compra vantajosa ⁽ⁱⁱⁱ⁾	113.083		113.083	
Provisões não dedutíveis temporariamente ⁽ⁱⁱⁱ⁾	43.737	12.975	60.143	12.975
Outros (reserva de reavaliação + limite de isenção adicional de IR)	(90)	(158)	(9.106)	(127)
Incentivos fiscais – doações	1.190	(3.320)	1.190	(3.320)
Resultado do imposto de renda e contribuição social corrente	(117.057)	(120.401)	(109.113)	(120.410)
Resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos	96.202	(12.975)	113.680	(9.133)
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(20.855)	(133.376)	4.567	(129.543)
Alíquota efetiva	2,6%	21,0%	-0,6%	20,3%

(i) A partir do 3º trimestre de 2018, o Grupo passou a tratar como não tributável, para fins de imposto de renda, os ganhos auferidos com os benefícios fiscais de ICMS nos Estados de Bahia, Goiás e Pernambuco, normatizados pela Lei complementar 160/17, convênio ICMS CONFAZ 190/17 e alteração da Lei 12.973/2014. O valor registrado no trimestre findo em 31 de dezembro de 2019 correspondeu a R\$ 5.280. Adicionalmente, a Companhia incluiu na apuração do imposto de renda e da contribuição social do 3º trimestre, o ganho com benefícios fiscais de ICMS auferidos nos exercícios fiscais de 2014 a 2017, resultando em uma redução na apuração do imposto de renda e da contribuição social no valor de R\$ 13.967;

(ii) A combinação de negócios entre a Raia Drogasil e a Onofre resultou em ajuste de IRPJ/CSLL, referente ao ganho por compra vantajosa no valor de R\$ 113.083 que serão tributados na razão de 1/60 avos;

(iii) O valor de R\$ 43.737 se refere ao saldo de R\$ 156.761 a título de IRPJ/CSLL diferido ativo, líquido, em razão da incorporação dos saldos de ajustes temporários registrados na Parte B do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) da Onofre, uma vez que a empresa incorporada não apresentava registrado imposto de renda diferido oriundo de lucros tributáveis futuros e R\$ 113.248 à título de IRPJ/CSLL diferido passivo em virtude de compra vantajosa. Apesar do reconhecimento dos tributos diferidos, esses valores são justificados, uma vez que não houve trânsito na Parte A da apuração do Lucro Real da empresa Controladora.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos no montante de R\$ 265.670 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 66.826 - Dez/2018) para a Controladora e R\$ 286.630 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 70.844 - Dez/2018) no consolidado, são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para as quais não há prazo para prescrição, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 408.480 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 305.928 - Dez/2018) para a Controladora e R\$ 410.616 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 308.601 - Dez/2018) no consolidado, estão representados pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; (ii) do PPA mais valia Raia; e (iii) do ganho por compra vantajosa.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, referem-se a:

	Balanco Patrimonial				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Diferenças temporárias								
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(6.886)	(6.976)	(6.886)	(6.976)				
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(241.934)	(243.995)	(241.934)	(243.995)	(2.061)	17.594	(2.061)	17.594
Intangíveis não dedutíveis – incorporação da Raia	(54.115)	(54.957)	(54.115)	(54.957)	(842)	(2.525)	(842)	(2.525)
Intangíveis não dedutíveis – aquisição da 4Bio			(2.136)	(2.673)			(536)	(537)
Ganho por compra vantajosa – aquisição Onofre	(105.545)		(105.545)		105.545		105.545	
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros			19.607	3.163			(16.444)	(3.163)
Ajuste a valor presente – AVP	(494)		(380)	160	494		(540)	
Ajuste a valor justo – AVJ	4.040	2.091	4.040	2.091	(1.949)	3.786	(1.949)	3.786
Provisão - perdas esperadas no estoque	4.459	13.560	4.459	13.560	9.101	15.934	9.101	15.934
Provisão - obrigações diversas	14.200	10.713	14.217	10.775	(3.487)	(4.896)	(3.442)	(4.974)
Provisão - programa de participação resultados	18.324	14.254	18.785	14.730	(4.070)	(1.659)	(4.055)	(1.829)
Provisão - demandas judiciais	34.747	25.326	34.747	25.326	(9.421)	(16.693)	(9.421)	(16.693)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.014	882	1.755	1.039	(132)	1.434	(716)	1.540
Arrendamento (depreciação x contraprestação)	38.536		38.556		(38.536)		(38.556)	
Constituição de tributos diferidos – LALUR parte B Onofre	141.213		141.213		(141.213)		(141.213)	
Outros ajustes	9.631		9.631		(9.631)		(9.631)	
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos					(96.202)	12.975	(113.680)	9.133
Passivo fiscal diferido, líquido	(142.810)	(239.102)	(123.986)	(237.757)				
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:								
Ativo fiscal diferido	265.670	66.826	286.630	70.844				
Passivo fiscal diferido	(408.480)	(305.928)	(410.616)	(308.601)				
Passivo fiscal diferido, líquido	(142.810)	(239.102)	(123.986)	(237.757)				
Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido								
Saldo no início do exercício	(239.102)	(226.217)	(237.756)	(228.715)				
Despesa reconhecida no resultado	96.202	(12.975)	113.680	(9.132)				
Realização de imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido	90	90	90	90				
Saldo no final do exercício	(142.810)	(239.102)	(123.986)	(237.757)				

(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance do Grupo, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário será recuperado de acordo com o seguinte cronograma:

Previsão de pagamento	Controladora	Consolidado
	2019	2019
2020	40.875	40.875
2021	61.453	61.453
2022	64.865	64.865
2023 em diante	79.107	100.067
Total	246.300	267.260

(d) Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

A Companhia possui 4 discussões em fase administrativa com a Receita Federal, relacionadas a glosa de amortização fiscal do ágio decorrentes de aquisições de empresas no valor de R\$ 29.095, cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite maior que 50%), por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

18. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Itens de resultado por ação	Controladora/ Consolidado	
	2019	2018
Básico		
Lucro líquido do exercício	772.240	502.447
Média ponderada do número de ações ordinárias	329.409	329.406
Lucro por ação em R\$ - básico	2,34432	1,52531
Diluído		
Lucro líquido do exercício	772.240	502.447
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	330.290	329.533
Lucro por ação em R\$ - diluído	2,33807	1,52473

19. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 2.500.000 (R\$ 1.808.639 - Dez/2018), representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 214.036.654 ações ordinárias (214.459.215 ações ordinárias - Dez/2018). Em 10 de abril de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 691.361, mediante capitalização de parte da Reserva Estatutária da Companhia após destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, sem emissão de novas ações da Companhia e, portanto, sem a bonificação de ações aos acionistas da Companhia e mantendo-se inalterada a proporção de participação de cada acionista no capital social da Companhia, nos termos do artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

O Estatuto Social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2019, a composição acionária da Companhia está assim apresentada:

Composição acionária	Quantidade de Ações		Participação %	
	2019	2018	2019	2018
Acionistas controladores	115.619.912	114.880.213	35,00	34,77
Ações em circulação	214.036.654	214.459.215	64,78	64,91
Ações em tesouraria	729.434	1.046.572	0,22	0,32
Total	330.386.000	330.386.000	100,00	100,00

Os acionistas controladores estão representadas pelas famílias Pipponzi, Pires Oliveira Dias, Galvão e pela Holding Pragma.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

Movimentação	Ações em circulação
Posição em 31 de dezembro de 2018	214.459.215
(Compra)/Venda de ações vinculadas, líquida	(422.561)
Posição em 31 de dezembro de 2019	214.036.654

Em 31 de dezembro de 2019, as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 111,64 fechamento do dia (R\$ 57,15 em 31 de dezembro de 2018).

(b) Reserva para incentivos fiscais

Tratam-se dos benefícios fiscais de ICMS obtidos nos Estados de Bahia, Goiás e Pernambuco, normatizados pela Lei complementar 160/17, convênio ICMS CONFAZ 190/17 e alteração da Lei 12.973/2014. Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos sobre a venda, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(c) Ações em tesouraria

Em 3 de agosto de 2017, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação. Segue a movimentação das ações em tesouraria do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Movimentação de ações em tesouraria	Controladora	
	Quantidade (em ações)	Valor das ações
Posição em 31 de dezembro de 2018	1.046.572	55.466
Ações entregues aos executivos relativo a 3ª tranche da outorga de 2015, a 2ª tranche da outorga de 2016 e a 1ª tranche da outorga de 2017	(284.552)	(15.080)
Ações entregues aos executivos relativo a 1ª tranche da outorga de 2017 da 4Bio	(666)	(35)
Ações entregues aos executivos relativo ao Exercício do Plano de Remuneração	(31.920)	(2.210)
Posição em 31 de dezembro de 2019	729.434	38.141

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de mercado das ações em tesouraria, tendo como referência a cotação de R\$ 111,64, corresponde a R\$ 81.334.

(d) Plano de ações restritas

Desde março de 2014, a Companhia oferece aos seus executivos o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas ("Plano de ações restritas"), que tem por objetivo ofertar uma oportunidade de receber uma remuneração variável desde que o executivo permaneça por período mais longo de tempo na Companhia.

Conforme estabelece o Plano de ações restritas, uma parcela de sua remuneração anual variável (participação nos resultados), será paga ao profissional em dinheiro e o saldo remanescente será obrigatoriamente pago em ações da Companhia ("ações de incentivo").

Caso o profissional decida utilizar uma parcela ou o valor total da remuneração variável recebida em dinheiro para comprar ações da Companhia ("ações próprias") em Bolsa de Valores, a Companhia oferecerá ao profissional, igual quantidade de ações adquiridas em Bolsa.

Ainda e, de forma discricionária, a Companhia poderá conceder a esse profissional, mais ações da Companhia tendo como referência a quantidade de ações próprias adquiridas pelo profissional em Bolsa de Valores.

As ações ofertadas ao profissional por meio do Plano de ações restritas, não poderão ser alienadas, cedidas, transferidas a terceiros pelo prazo de quatro anos a partir da data da outorga. A partir do segundo, terceiro e quarto anos após a data da outorga, os executivos terão direito a receber um terço de suas ações restritas, em cada um desses exercícios.

A movimentação das ações restritas está demonstrada a seguir:

Movimentação de ações restritas	2019		2018	
	Ações	Valor	Ações	Valor
Saldo inicial	500.778	23.940	485.843	18.863
Apropriação de ações no exercício	213.689	13.367	239.516	12.459
Entrega de ações no exercício	(317.138)	(15.330)	(224.582)	(7.382)
Saldo final	397.329	21.977	500.778	23.940

(e) Remuneração aos acionistas

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Movimentação de remuneração aos acionistas		
Lucro líquido do exercício	772.240	502.447
Reserva legal	(38.612)	(25.122)
Realização da reserva de reavaliação no exercício	174	175
Reserva de subvenção para investimento (Nota 19b)	(95.593)	(41.297)
Base de cálculo do dividendo (a)	638.209	436.203
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	159.552	109.051
Dividendo adicional proposto	20.171	
Juros sobre o capital próprio proposto	211.501	209.500
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(30.477)	(29.459)
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	201.195	180.041
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	31,52	41,27
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	41.643	70.990

A Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 95.593 de seu resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para reservas de lucro - incentivos fiscais, descritas na política contábil Nota 4(q).

Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 211.501 (R\$ 209.500 - 2018), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos exercícios de 2019 e de 2018, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$ 41.643 (R\$ 70.990 – Dez/2018), excedente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia, foi registrado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio		
Saldo inicial	24.843	37.288
Adições	230.542	161.653
Pagamentos	(186.602)	(173.622)
Baixas	(528)	(476)
Saldo final	68.255	24.843

20. Receita líquida de vendas

Itens de receita líquida	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas				
Receita de vendas de mercadorias	17.482.060	14.757.177	18.453.276	15.506.262
Receita de serviços prestados	14.532	12.797	14.907	12.871
Total de receita bruta de vendas	17.496.592	14.769.974	18.468.183	15.519.133
Impostos incidentes sobre vendas	(664.698)	(533.656)	(747.690)	(585.676)
Devoluções, abatimentos e outros	(134.257)	(116.950)	(154.893)	(132.012)
Receita líquida de vendas	16.697.637	14.119.368	17.565.600	14.801.445

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

A Companhia avaliou os impactos do CPC 47 / IFRS15 e considerando que a entidade atua no ramo do varejo farmacêutico e possui apenas uma única obrigação de desempenho, não havendo, portanto, complexidade nesta definição, tanto na transferência de controle das mercadorias e serviços aos consumidores quanto na passagem pelo caixa, conforme descrito na Nota 4 – Principais práticas contábeis, concluiu que não houve impactos relevantes de registro contábil na adoção da norma.

21. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Natureza das despesas	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal	(2.126.272)	(1.813.139)	(2.167.200)	(1.839.906)
Despesas com ocupação ⁽ⁱ⁾	(270.287)	(697.370)	(272.414)	(699.902)
Despesas com prestadores de serviços	(202.228)	(160.960)	(205.892)	(162.044)
Depreciação e amortização ⁽ⁱⁱ⁾	(1.004.597)	(411.710)	(1.012.403)	(414.133)
Outras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(600.098)	(527.496)	(630.254)	(548.479)
Total	(4.203.482)	(3.610.675)	(4.288.163)	(3.664.464)

Classificado na demonstração do resultado como:

Função das despesas	2019	2018	2019	2018
Com vendas	(3.693.581)	(3.219.908)	(3.754.770)	(3.261.896)
Gerais e administrativas	(509.901)	(390.767)	(533.393)	(402.568)
Total	(4.203.482)	(3.610.675)	(4.288.163)	(3.664.464)

(i) Referem-se a gastos com locação de imóveis, condomínios, energia, água, comunicação e IPTU.

(ii) As depreciações e amortizações em 2019 totalizaram um montante de R\$ 1.004.597 (R\$ 411.710 - 2018) para a Controladora, sendo que R\$ 934.713 (R\$ 360.428 - 2018) corresponde a área de Vendas e o montante de R\$ 69.884 (R\$ 51.282 - 2018) a área Administrativa e R\$ 1.012.401 (R\$ 414.133 - 2018) para o consolidado, o montante R\$ 938.090 (R\$ 360.884 - 2018) corresponde a área de Vendas e o montante de R\$ 74.311 (R\$ 53.249 - 2018) corresponde a área Administrativa. Esses montantes estão líquidos de crédito de PIS e COFINS sobre o direito de uso de arrendamento que em 2019 proporcionou uma redução de despesa no montante de R\$ 28.630.

(iii) Referem-se, principalmente, a gastos com taxas de operadoras de cartões, além de serviço de transportes, materiais, outras despesas administrativas, manutenção de bens, propaganda e publicidade.

22. Outras receitas/(despesas) operacionais - consolidado

As outras receitas/(despesas) operacionais totalizaram em 2019 um montante de R\$ 208.271 (R\$ 59.548 – 2018) para o consolidado. Esses montantes são compostos por despesas/receitas não recorrentes, estão demonstrados a seguir:

Natureza das despesas/receitas	Consolidado	
	2019	2018
Gastos com consultoria e assessorias	(15.320)	(13.913)
Créditos de anos anteriores, sobretudo de PIS e COFINS	8.193	10.698
Despesas adicionais devido ao encerramento do CD Barra Mansa	(12.767)	
Baixa de imobilizado e intangível devido ao encerramento de lojas	(16.922)	(1.530)
Reestruturação hierárquica	(16.145)	(7.596)
Integração da Onofre	(95.001)	
Apropriação de crédito de INSS de 2012 a 2015	4.625	
Ganho por compra vantajosa Onofre	355.263	
Mudança de estimativa para constituição de provisões para contingências trabalhistas	(3.655)	(47.207)
Total	208.271	(59.548)

23. Receitas e despesas financeiras

(a) Receitas financeiras

Itens de receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Descontos obtidos	3.354	1.880	3.426	1.997
Rendimentos de aplicações financeiras	6.695	10.104	7.070	10.104
Juros sobre mútuo	2.746	2.730		
Variações monetárias	5.964	748	6.222	1.061
Outras receitas financeiras	1	2	335	192
Impostos incidentes (PIS/COFINS)	(780)	(716)	(798)	(716)
Ajuste a valor presente (AVP) - receitas financeiras	53.319	53.415	60.690	59.145
Total das receitas financeiras	71.299	68.163	76.945	71.783

(b) Despesas financeiras

Itens de despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Descontos concedidos a clientes	(25)	(16)	(42)	(281)
Juros, encargos e taxas bancárias	(890)	(685)	(2.665)	(1.246)
Encargos sobre debêntures	(54.191)	(36.495)	(54.191)	(36.495)
Amortização de custos de transação	(1.722)	(582)	(1.722)	(582)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(11.434)	(20.731)	(11.434)	(20.731)
Juros sobre arrendamento	(215.722)		(216.100)	
Variações monetárias	(1.474)	3.155	(1.967)	2.635
Juros sobre obrigação com acionista de controlada	(5.733)	11.135	(5.733)	11.135
Ajuste a valor presente (AVP) - despesas financeiras	(111.386)	(103.790)	(117.392)	(108.872)
Total das despesas financeiras	(402.577)	(148.009)	(411.246)	(154.437)
Resultado financeiro	(331.278)	(79.846)	(334.301)	(82.654)

24. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas, ativos imobilizados nas categorias móveis e utensílios e máquinas e equipamentos no total de R\$ 103 (R\$ 111 – Dez/2018) na Controladora e consolidado.

25. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

Instrumentos financeiros por categoria

Itens de instrumentos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos				
<u>Ao custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	294.863	238.153	299.226	241.568
Clientes (Nota 7)	1.049.906	805.649	1.189.019	937.389
Outras contas e créditos a receber	298.372	196.148	245.428	156.847
Depósitos judiciais (Nota 16)	30.001	25.770	30.001	25.770
Ativo Restrito de Arbitragem	332.927		332.927	
Subtotal	2.006.069	1.265.720	2.096.601	1.361.574
Total dos ativos	2.006.069	1.265.720	2.096.601	1.361.574
Passivos				
<u>Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>				
Obrigação com acionista de controlada (Nota 10)	42.113	36.380	42.113	36.380
Subtotal	42.113	36.380	42.113	36.380
Outros passivos				
Fornecedores	2.532.293	2.033.620	2.653.236	2.141.274
Empréstimos e Financiamentos (Nota 14)	1.126.476	826.244	1.126.476	843.150
Outras contas a pagar e obrigações	144.721	150.141	147.771	151.940
Arrendamento a pagar	3.180.655		3.184.633	
Passivo de Arbitragem	332.900		332.900	
Subtotal	7.317.045	3.010.005	7.445.016	3.136.364
Total dos passivos	7.359.158	3.046.385	7.487.129	3.172.744

Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas do Grupo são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco em virtude de variações cambiais.

Risco de taxa de juros

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa SELIC. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são principalmente o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas de clientes.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A classificação dos ratings dos equivalentes de caixa estão de acordo com as principais agências de classificação de risco, conforme quadro abaixo:

Classificação de ratings	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Rating – Escala Nacional				
brAAA	127.810	62.622	130.655	65.251
brAA+	16.454	14.680	16.578	15.464
brA	401	729	401	729
(*) n/a - Aplicações automáticas	45.766	59.860	47.156	59.860
(*) n/a - Fundos de Investimento		2.381		2.381
Total – Escala Nacional	190.431	140.272	194.790	143.685

(*) Não aplicável, pois não consta classificação de risco para Aplicações automáticas e Fundos.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as vendas com recebimento a prazo representaram 53% (52% - Dez/2018) na Controladora e 55% (54% - Dez/2018) para o consolidado, sendo que desse total 93% (92% - Dez/2018) na Controladora e 86% (86% - Dez/2018) no consolidado são relativos às vendas com cartão de crédito que, com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 7% (8% - Dez/2018) e 14% (14% - Dez/2018) para o consolidado são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's"), convênios e cheques pré-datados e boletos, que são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

(c) Risco de liquidez

A Administração do Grupo acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

Apresenta-se, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, as quais a Companhia está exposta.

O cenário mais provável (cenário I), segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Controladora					
Operação	Risco	Valor nacional	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	173.481	867	1.084	1.301
Receita			867	1.084	1.301
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	1.156	6	7	9
Despesa			6	7	9

Consolidado					
Operação	Risco	Valor nacional	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	175.629	878	1.097	1.317
Receita			878	1.097	1.317
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	1.156	6	7	9
Despesa			6	7	9

A Administração não considera provável o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), as quais estão sujeitas as operações com BNDES que possam gerar prejuízos materiais para o Grupo.

(e) Gestão de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

O Grupo tem como política não alavancar sua estrutura de capital com financiamentos, exceção feita às linhas de longo prazo do BNDES (FINEM) e debêntures, com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade do Grupo.

Dessa forma, esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial individual e consolidado, com a dívida líquida, como apresentamos abaixo:

Itens de gestão de capital	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Financiamentos de curto e longo prazo	1.126.476	826.244	1.126.476	843.150
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(294.863)	(238.153)	(299.226)	(241.568)
Dívida líquida	831.613	588.091	827.250	601.582
Patrimônio líquido, atribuído aos acionistas da Controladora	4.025.013	3.499.857	4.025.013	3.499.857
Participação de não controladores			51.406	34.910
Total do patrimônio líquido	4.025.013	3.499.857	4.076.419	3.534.767
Total do capital	4.856.626	4.087.948	4.903.669	4.136.349
Índice de alavancagem financeira (%)	17,12	14,39	16,87	14,54

Dívida líquida ajustada com o passivo de arrendamento	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Dívida líquida	831.613	588.091	827.250	601.582
Passivo de arrendamento	3.180.655		3.184.633	
Dívida líquida ajustada	4.012.268	588.091	4.011.883	601.582
Total do patrimônio líquido	4.025.013	3.499.857	4.076.419	3.534.767
Total do capital ajustado	8.037.281	4.087.948	8.088.302	4.136.349
Índice de alavancagem financeira ajustada (%)	49,92	14,39	49,60	14,54

O aumento no índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 foi decorrente, principalmente, da emissão de debêntures (Nota 14) e consequente uso dos recursos obtidos nos investimentos e operação da Companhia.

Conforme descrito na Nota 15, a partir de 1º de janeiro de 2019, o Grupo reconheceu em seu balanço as obrigações associadas a contratos de arrendamento onde possui controle. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de passivo de arrendamento na Controladora e no consolidado, correspondeu a R\$ 3.180.655 e a R\$ 3.184.633, respectivamente. Considerando o passivo de arrendamento no cálculo de gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia e do Grupo seria de 49,92% na Controladora e 49,60% no consolidado.

(f) Estimativa do valor justo

Os saldos de aplicações financeiras informados no Balanço Patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o prazo de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado. Os valores justos estimados são:

Estimativa do valor justo	Controladora				Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo		Valor Contábil		Valor Justo	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
BNDES	96.647	186.033	96.342	185.996	96.647	186.033	96.342	185.996
Debêntures	1.029.829	640.211	1.029.829	640.256	1.029.829	640.211	1.029.829	640.256
Outros						16.906		16.906
Total	1.126.476	826.244	1.126.171	826.252	1.126.476	843.150	1.126.171	843.158

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo não possuía ativos e passivos relevantes mensurados ao valor justo nos Níveis 1 e 2 na hierarquia de valor justo. A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora/ Consolidado	
	Obrigações com acionista de controlada	
	2019	2018
Movimentação de obrigação com acionista de controlada		
Saldo inicial	36.380	47.515
Despesas/(receitas) reconhecidas no resultado	5.733	(11.135)
Saldo final	42.113	36.380
Total de despesas/(receitas) no exercício incluídas no resultado	5.733	(11.135)
Variação das despesas/(receitas) não realizadas no exercício incluídas no resultado	5.733	(11.135)

26. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo tem como prática não operar com instrumentos financeiros derivativos, exceto em situações específicas. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o Grupo não apresentava operações com instrumentos derivativos.

27. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

Parte relacionada	Relacionamento	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Ativo				Montante Transacionado			
		2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Valores a receber									
Convênios ⁽ⁱ⁾									
Regimar Comercial S.A. Heliomar Ltda.	Acionista/Família	22	8	22	8	102	99	102	99
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.)	Acionista/Membro do Conselho de Administração	1	1	1	1	14	13	14	13
Natura Cosméticos S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Acionista/Família		1		1	5	4	5	4
4Bio Medicamentos S.A. ^(iv)	Acionista/Pessoa Ligada	138	117	138	117	1.495	1.252	1.495	1.252
	Controlada	39	18	39	18	320	300	320	300
Subtotal		200	145	200	145	1.936	1.668	1.936	1.668
Outros valores a receber									
Acordos comerciais									
Natura Cosméticos S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Acionista/Pessoa Ligada	148	102	148	102	830	719	830	719
Adiantamento a Fornecedores									
Cfly Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Família	261	414	261	414				
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire – Advogados ^(iv)	Acionista/Família	90	3	90	3				
Mútuo e outros a receber									
4Bio Medicamentos S.A. ^(v)	Controlada	56.189	41.395			15.262	3.194		
Subtotal		56.688	41.914	499	519	16.092	3.913	830	719
Total de direitos com partes relacionadas		56.888	42.059	699	664	18.028	5.581	2.766	2.387

Parte relacionada	Relacionamento	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Passivo				Montante Transacionado			
		2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Valores a pagar									
Aluguéis (vi)									
Heliomar Ltda.	Acionista/Membro do Conselho de Administração	21	21	21	21	237	219	237	219
Antonio Carlos Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	8	7	8	7	95	92	95	92
Rosalía Pipponzi Raia	Acionista/Membro do Conselho de Administração	8	7	8	7	95	92	95	92
Espólio de Franco Maria David Pietro Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração		7		7		92		92
Cristiana Almeida Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	3		3		32		32	
André Almeida Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	2		2		31		31	
Marta Almeida Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	2		2		31		31	
Subtotal		44	42	44	42	521	495	521	495
Fornecedores de serviços									
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire Advogados (iv)	Acionista/Família	1		1		8.963	6.209	8.963	6.209
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (vii)	Acionista/Família	1.972	924	1.972	924	13.631	10.952	13.631	10.952
Cfly Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. (iii)	Família	154	34	154	34	2.780	2.573	2.780	2.573
FMA Assessoria e Consultoria (viii)	Acionista/Suplente do Conselho de Administração					40	110	40	110
Subtotal		2.127	958	2.127	958	25.414	19.844	25.414	19.844
Fornecedores de mercadorias									
Natura Cosméticos S.A. (ii)	Acionista/Pessoa Ligada		632		632	3.446	5.289	3.446	5.289
Subtotal			632		632	3.446	5.289	3.446	5.289
Total de obrigações com partes relacionadas		2.171	1.632	2.171	1.632	29.381	25.628	29.381	25.628

(i) São vendas realizadas por convênios, cujas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.

(ii) Compra e venda de produtos da Natura Cosméticos S.A., os quais serão comercializados em todo o território nacional e a Raia Drogasil S.A. receberá um percentual sobre os produtos vendidos. Alguns integrantes do bloco de controle da Natura Cosméticos S.A. detêm, indiretamente, participação acionária da Raia Drogasil S.A..

(iii) Prestação de serviços de operação da aeronave à proprietária Raia Drogasil S.A., que pagará à operadora uma remuneração mensal a título dos serviços de Assessoria Operacional, Compliance, Financeira, Coordenação de Manutenção e Controle Técnico de Manutenção.

(iv) Transações referentes à Assessoria Jurídica.

(v) Ao longo do exercício social de 2016, 2017 e 2019 foram realizadas operações de mútuo entre a Raia Drogasil S.A. (Mutuante) e a 4Bio Medicamentos S.A. (Mutuária) nos montantes de R\$ 14.000, R\$ 20.100 e R\$ 12.000, respectivamente. Todos os contratos de mútuo são atualizados em 110% do CDI com vencimento em dezembro de 2020.

Outros a receber composto por comissões sobre indicações da Raia Drogasil S.A. (R\$ 86).

(vi) Transações referentes a aluguel de imóveis comerciais para estabelecimento de lojas.

(vii) Os saldos e as transações referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista de circulação interna da Companhia.

(viii) Transações referentes a serviços de representação comercial em órgãos de classe.

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais que não sejam os valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas corresponde ao pessoal chave da Administração da entidade.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

Itens de remuneração	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Proventos e encargos sociais	19.116	17.460	21.381	19.318
Gratificações e encargos sociais	23.903	14.876	24.177	15.115
Benefícios indiretos	453	713	453	713
Total	43.472	33.049	46.011	35.146

28. Cobertura de seguros

O Grupo tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada, considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

O Grupo mantinha as seguintes coberturas:

Itens de seguros	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Riscos com perdas em estoques	361.907	182.449	420.223	217.837
Bens do ativo permanente	417.859	289.479	427.766	296.619
Lucros cessantes	242.556	242.556	335.743	293.670
Riscos de responsabilidade civil	38.424	38.424	40.000	40.000

29. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2019, as principais transações que não envolveram caixa do Grupo foram:

- (i) a atualização do passivo financeiro oriundo da obrigação com acionista de controlada (Nota 10);
- (ii) parte da remuneração do pessoal-chave da Administração associada ao plano de ações restritas (Nota 27);
- (iii) a aquisição a prazo de bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 11.926 (R\$ 18.932 - Dez/2018);
- (iv) reconhecimento de passivo de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo, em 1º de janeiro de 2019, ajustado a valor presente no montante de R\$ 3.178.480; adições de novos contratos no montante de R\$ 357.247 e rescisões contratuais no montante de (R\$ 5.553); e
- (v) a aquisição da Onofre não gerou desembolso financeiro. Os valores justos dos ativos e passivos assumidos estão demonstrados a seguir:

	30 de junho de 2019 (Valor Justo)
Ativos e Passivos	
Ativos circulantes	213.702
Contas a receber de clientes	44.608
Estoques	96.371
Tributos a recuperar	63.613
Outros	9.110
Ativos não circulantes	392.033
Depósitos judiciais	4.133
Ativo indenizatório	127.037
Imobilizado	196.418
Intangível	62.487
Outros	1.958
Total do ativo	605.735
Passivos circulantes	(121.531)
Fornecedores	(53.777)
Arrendamentos	(27.959)
Obrigações sociais e trabalhistas	(13.686)
Obrigações fiscais	(4.205)
Provisões para contingências	(16.841)
Outros	(5.063)
Passivo não circulante	(410.219)
Arrendamentos	(58.036)
Provisões para contingências	(10.831)
Contingências prováveis e possíveis – Combinação de negócios	(17.254)
IR/CS diferidos (Mais valia de estoques)	(2.407)
Obrigações com ex-controladores	(324.098)
Total do passivo	(534.157)

30. Evento subsequente

Em 8 de janeiro de 2020 foi aprovado pelo CADE a implementação da associação entre a Raia Drogasil e o Grupo Pão de Açúcar para a criação da Stix Fidelidade S.A.. Em 14 de fevereiro de 2020 ocorreu a 1ª Assembleia Geral Extraordinária onde foi definida a constituição de capital da Raia Drogasil na Stix Fidelidade S.A. no valor de R\$ 3.289.